

3

O Programa Cheque Cidadão no estado do Rio de Janeiro nas gestões de Anthony Garotinho (1998/2002) e Rosângela Matheus (2002/2005).

No Estado do Rio de Janeiro, a partir do final da década de 90, a Assistência Social ganhou maior visibilidade e características próprias, vinculadas à figura do governador Anthony Garotinho que, eleito em 1998, tornou-se o idealizador de diversos programas assistenciais que podem ser considerados como vitrine das ações do governo nessa área, tais como: os Restaurantes Populares e Cheque Cidadão. Por outro lado, Rosângela Matheus, esposa do governador e que viria a se tornar governadora em 2003, na qualidade de titular da Secretaria de Ação Social (SAS) tratou de implementar e divulgar tais programas, configurando o primeiro-damismo, uma prática recorrente nesta área.

Desta forma, Anthony Garotinho e Rosângela Matheus dão continuidade a uma tradição clientelista na política do Rio de Janeiro, que teve em Chagas Freitas um de seus mais importantes representantes. Revisitando a história política do estado, podemos perceber uma certa continuidade no padrão de negociação política entre Executivo e poderes locais desde Chagas até Garotinho.

3.1

Revisitando a história: Clientelismo e populismo na política fluminense e suas repercussões para a política de Assistência Social.

Governador do antigo Estado da Guanabara (1971-1975) e do Rio (1979-1983), Chagas comandava uma rede de líderes locais que, em troca de obras e cargos, faziam campanha para políticos chaguistas. Era a chamada *política da bica d'água*. Tratava-se do acesso aos bens públicos básicos que, ao invés de serem universalizados, necessitava da figura do intermediário, que fazia o contato entre a população e o poder público.

A base de sustentação da máquina chaguista centrava-se principalmente na rede de parlamentares articulada por chefes políticos e suas bases eleitorais à estrutura político-partidária. Segundo Diniz (1982), a ação desses parlamentares caracteriza-se por uma prática clientelista onde eram reconhecidos como intérpretes de interesses e porta-vozes de setores específicos da população, principalmente bairros, grupos comunitários, municípios, grupos religiosos ou categorias ocupacionais. As relações estabelecidas eram centradas em torno da defesa de interesses parciais, imediatos e materiais, baseados na troca entre voto e benefícios.

O clientelismo implica troca de favores entre atores de poder desigual e no caso do clientelismo político, o Estado é a parte mais poderosa quando distribui benefícios em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio que necessite. “Os critérios universalistas são, portanto, enfraquecidos senão totalmente relegados, enfatizando-se as considerações de ordem particularista. O que a cidadania define como um direito é concedido como dádiva daqueles que se situam em posições de poder. O encaminhamento de uma demanda que, segundo premissas universalistas, expressaria o direito do cidadão de exigir providências dos poderes públicos, transforma-se na expectativa de obtenção de um favor, reforçando-se a lógica da deferência e da influência pessoal, o que, por sua vez, acentua os princípios de desigualdade presentes nas principais dimensões da ordem institucional”. (Diniz,1982)

Para Yazbek (2003), nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e por isso, espera-se lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida.

O fenômeno clientelista é uma forma de participação política passível de se manifestar em diferentes fases do desenvolvimento de uma sociedade, em diferentes contextos e assumindo formatos altamente diferenciados, operando ao nível tanto das relações interpessoais, quanto do sistema político mais amplo.

Este conceito é importante para nossa análise sobre o Programa Cheque Cidadão, pois percebemos nas práticas atuais expressões do clientelismo atualizadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro, onde os principais programas assistenciais são constantemente utilizados como objetos de troca para fins eleitoreiros.

O clientelismo político ficou ainda mais evidente nas últimas eleições municipais de 2004 no estado do Rio de Janeiro, onde foram realizadas ações como distribuição de kits escolares e ameaças de perdas de benefícios à população que não votasse nos candidatos apoiados pelo grupo vinculado ao governador. Em Campos, reduto eleitoral do casal Garotinho, houve, há duas semanas do segundo turno das eleições, um recadastramento do programa cheque cidadão que atraiu muitas pessoas. A imprensa noticiou várias irregularidades na distribuição de benefícios com fins eleitoreiros, o que vem resultando em processo judicial para fins de inelegibilidade de Anthony Garotinho e Rosângela Matheus por três anos²⁶.

Diniz (1982) tendo como referência seu estudo sobre o chaguismo identifica dois tipos de formatos que o clientelismo pode assumir. O primeiro diz respeito a um

²⁶ A juíza Denise Appolinária dos Reis Oliveira da 76ª zona eleitoral de Campos declarou inelegíveis, no dia 13 de maio de 2005, por abuso de poder político e econômico nas eleições municipais de Campos, a governadora do Rio de Janeiro, Rosângela Matheus e o presidente regional do PMDB, ex-governador Anthony Garotinho. A decisão ocorreu em primeira instância e é retroativa a 2004. A juíza também decidiu cassar o prefeito de Campos, Carlos Alberto Campista (PDT) e o vice-prefeito Toninho Viana. O casal Garotinho está respondendo a esse processo, pelo uso indevido de programas sociais às vésperas das eleições municipais. Em outubro de 2004, os programas sociais de todas as esferas federal, estadual e municipal foram suspensos em Campos até o dia das eleições. Cinco dias depois da proibição fiscais do TER, acompanhados de policiais militares, apreenderam 238 cheques cidadão, no valor de 23.800 reais, na casa de Cosme Rangel do Rosário, conhecido como Cosme Vendedor, que tentou se eleger vereador pelo PL e era aliado do candidato do PMDB à Prefeitura de Campos, Geraldo Pudim, vice e adversário de Vianna. Os cheques estavam guardados em envelopes com o timbre do governo do Estado. Mesmo preso, Cosme deixou a casa aplaudido por partidários de Pudim. Ainda no ano passado, a Justiça Eleitoral apreendeu R\$ 318.470 na sede do Diretório do PMDB em Campos. Na ocasião, havia a suspeita de compra de votos pelo grupo político comandado pelo ex-governador Anthony Garotinho. O PMDB não conseguiu provar nos autos do processo a origem do dinheiro encontrado na sede do partido. O valor encontrado (R\$ 318.470) é maior do que as doações que o partido declarou ter recebido para a eleição em Campos (R\$ 308.830). No momento da apreensão, Garotinho estava no local junto com dirigentes do partido. Também foram movidos quatro processos contra o PMDB por uso eleitoral dos programas Morar Feliz, Cheque-Cidadão, Jovens pela Paz e Kit Escolar do Governo estadual. Na sentença, a magistrada se mostrou surpresa com os 43 mil kits escolares distribuídos em Campos, “no término do período letivo e às vésperas das eleições”. No entanto, para a sociedade em geral, o atributo “evangélico” não resulta sempre em um diferencial positivo. No Brasil, a imagem dos evangélicos é ambígua. Nela há sempre uma mistura de *respeito* - por se tratar de uma religião de conversão em que o fiel se sujeita ao controle social de suas Igrejas - com a *desconfiança* alimentada pelas acusações de manipulação, charlatanismo e extorsão financeira através do dízimo.

clientelismo tradicional, caracterizado por forte conteúdo personalista, onde a relação representante-representado adquire o caráter de troca direta predominantemente baseada em contatos pessoais. Já o segundo formato se refere à capacidade de mobilização política na condição de porta-vozes de categorias sociais específicas, corporativas, profissionais ou religiosas. Aqui, exploram-se também as motivações associadas à conquista de benefícios imediatos e diferenciados. Trata-se, porém, de questões que mantêm estreita correspondência com os interesses restritos com o grupo no qual o eleitor se identifica. Dessa forma, o clientelismo não implica necessariamente no caráter individual dos favores concedidos. As novas clientelas ligadas às máquinas políticas, cujo êxito está historicamente associado ao desenvolvimento das populações urbanas, são basicamente clientelas grupais.

É possível perceber a prevalência desse segundo tipo de clientelismo nas ações do governo do estado do Rio de Janeiro, principalmente no que tange ao Programa Cheque Cidadão que atinge dois tipos de clientelas grupais, a população de baixa renda que recebe o benefício e as entidades religiosas, notadamente as evangélicas que distribuem o benefício e são cooptadas enquanto parceiras do estado. Para os estratos de baixa renda com frequência a “insatisfação face a uma situação de carência e escassez favorece a disponibilidade para o apelo clientelista, sobretudo quando a ausência de informações, o baixo grau de sindicalização e a falta de canais de participação intensificam a percepção da impossibilidade de interferir no processo político. Nesse sentido, sentimentos de impotência e de revolta contra condições adversas de vida tendem a enfatizar as soluções individuais como a única saída viável”. (Diniz,1982)

Já para o segmento religioso, a representação política representa ganhos materiais quando algumas demandas da sua comunidade são atendidas, e também ganhos mais subjetivos. Tais ganhos preenchem a função simbólica de ter um representante de seu segmento religioso no governo, onde se abrem espaços para a discussão de questões ligadas aos evangélicos, aumentando a visibilidade das demandas deste setor. A forma de gerir as relações com as bases religiosas parece contribuir para uma associação entre identidade religiosa e direcionamento do voto. Muitas Igrejas convocam seus fiéis a votarem em determinado político e se

constituem em verdadeiros cabos eleitorais onde a influência do pastor tem um papel decisivo na escolha do voto²⁷.

Sendo assim, percebemos que o governo do estado, ao implementar o Programa Cheque Cidadão em parceria com as entidades religiosas, atende algumas demandas destas, à medida que é um incentivo ao trabalho assistencial aos membros da comunidade onde atua e reforçam o sentimento de reconhecimento, pertencimento e identidade com o governo.

Segundo Regina Novaes²⁸, a identidade evangélica também foi acionada nas eleições nacionais de 2002 para presidente da República quando Anthony Garotinho teve uma votação expressiva. É o que demonstra o *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*, publicação da Editora Loyola, assinado pela equipe do professor Cesar Romero Jacob, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Os mapas ali publicados mostram que, em função da mistura entre religião e política, a votação de Anthony Garotinho (na época filiado ao Partido Socialista Brasileiro) naquelas eleições presidenciais vieram de lugares onde a Rede Record – controlada pelo bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus – tem mais retransmissoras de rádio e TV e vieram também de regiões onde há maiores concentrações de pentecostais. Em outras palavras, o candidato Garotinho teve menor votação nos locais onde o Brasil é mais católico.

Vale lembrar, que o rádio é um dos instrumentos utilizados por Anthony Garotinho para se aproximar dos integrantes da comunidade religiosa através de seus programas e também nos seus discursos²⁹. O que nos permite uma aproximação do conceito de populismo, onde o líder político estabelece um contato direto com a população sem a intermediação de instituições.

²⁸ Em artigo denominado: “Milagres da multiplicação de votos” no site Lê Monde Diplomatique acessado em novembro de 2005.

²⁹ Na campanha para as eleições municipais de 2004, Garotinho subiu no palanque em Nova Iguaçu para apoiar seu candidato e desqualificar o concorrente, o então líder nas pesquisas para a Prefeitura, Lindberg Faria com o seguinte discurso: “... esse garoto vai liberar o uso da maconha, apoiar o casamento de pessoas do mesmo sexo e isso nenhum cristão pode ser a favor...”. (Publicado na revista Veja em outubro de 2004)

No que se refere ao populismo, a história política no Rio de Janeiro tem em Leonel Brizola, governador por duas vezes, sua representação maior. Com a abertura política, no início dos anos 80, as associações de moradores ocuparam o papel dos antigos chefes locais e o chaguismo perdeu força política, o que facilitou a transferência de votos da Baixada e das zonas Oeste e Norte para Brizola, recém-chegado do exílio, que se elegeu governador, em 1982. Os chefes locais do chaguismo foram substituídos em boa parte por líderes de associações de moradores que muitas vezes eram cooptados por alguns secretários em troca de voto.

O governo de Leonel Brizola teve um conteúdo populista de esquerda³⁰ e acenava para a incorporação da periferia ao centro através da educação tendo no programa dos Cieps sua grande marca.

O conceito de populismo é polêmico principalmente por ser utilizado para designar uma série de movimentos sociais e políticos ocorridos em épocas e países diferentes³¹. No entanto, consideramos pertinente a apropriação de algumas características desse fenômeno político ao entendimento do nosso objeto de estudo.

Os estudos pioneiros acerca do populismo na América Latina foram realizados a partir de meados da década de cinquenta, pelos intelectuais argentinos Gino Germani e Torcuato Di Tella, tendo por referência a experiência peronista na Argentina. No Brasil, as principais referências se encontram nos trabalhos de Ianni e Weffort.

Para esses autores brasileiros, o fenômeno populista consistiu, no país, num sistema de dominação e sustentação política que perdurou durante os anos de 1930 a 1964. É considerado uma etapa no processo de transformação da sociedade brasileira, marcado pelo incremento da urbanização e da industrialização. A industrialização substitutiva de importações, orientada pelo Estado, o nacionalismo e a oposição ao

³⁰ Para Ianni (1975) a cultura política de esquerda no Brasil não conseguiu libertar-se da cultura da democracia populista. Em particular, esteve sempre balizada pelas técnicas e pela ideologia da política de massas.

³¹ As principais manifestações caracterizadas como populistas são: movimento russo “narodnik” na segunda metade do século XIX e outros da Europa Ocidental; movimentos norte-americanos das regiões rurais do sul e do oeste, em fins do século passado; certos movimentos e certos tipos de Estado da África, Ásia e América Latina. No Brasil, o período caracterizado como populista se deu nos governos de Getúlio Vargas e tiveram algumas expressões em Lacerda, Adhemar Barros, Miguel Arraes e Brizola. Vale lembrar, que cada movimento tem suas peculiaridades.

imperialismo e à oligarquia seriam alguns dos traços mais expressivos do populismo e dos populistas.

Localizando, portanto, o populismo num contexto histórico-estrutural determinado, formação da sociedade urbano-industrial, Ianni aponta como um dos fatores explicativos da emergência desse fenômeno a "ausência de uma classe social suficientemente forte, politicamente organizada e com visão hegemônica de si para assumir e exercer o poder sozinha. Por isso a aliança se torna necessária" (Ianni, 1975). O sistema populista consistiria, assim, numa coalizão policlassista antagônica, onde os interesses da burguesia prevalecem com uma tendência ao ocultamento dos conflitos de classe. O que não significa reduzir a análise a total submissão emotiva das classes populares ao político demagógico e oportunista.

Para Debert (1979) o populismo tem caráter ambíguo, constituindo a um só tempo manipulação e satisfação das classes populares. Surgiu e manteve-se como uma alternativa política viável enquanto foi capaz de satisfazer de forma real, a aspectos dos interesses das classes populares. Entretanto, e por isso mesmo, constitui um mecanismo de manipulação dessas classes, pois, acenando sempre com a possibilidade de atender às suas aspirações, o populismo obscureceu a consciência social dessas classes, impedindo, assim, que participasse da vida em sociedade com independência e autonomia de estratégia política.

Para Weffort (1978) o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano.

Como fenômeno de massas predominantemente urbano, o populismo se difere do coronelismo, que teve prevalência nas áreas rurais do Brasil até 1930 e que persistiu durante muito tempo em várias regiões do país. Segundo Victor Leal Nunes (1948) o coronelismo é uma forma de relação de dominação, que atua no reduzido cenário do governo local: seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais. É um sistema político, uma complexa rede de relações que

vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.

Populismo e coronelismo assemelham-se num ponto: ambos incluem alguma forma de identificação pessoal na relação entre o chefe e a base. (Weffort, 1978)

No entanto, para não estabelecer uma amplitude que acarretaria em perda de sentido e de valor heurístico do conceito de populismo não poderíamos identificá-lo como uma forma de coronelismo urbano pois se referem a realidades sociais diferentes.

Dentre as diferenças entre coronelismo e populismo apresentadas por Weffort (1978) destacamos que:

O coronelismo expressa um compromisso entre o poder público e o poder privado do grande proprietário de terras, enquanto que o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos em massa.

Retomando a trajetória do ex-governador Garotinho, eleito pelo PDT em 1998 com apoio do PT, percebemos que este representa atualizações de práticas populistas em sua forma de contato aos eleitores, onde busca adesão popular através de seus programas assistenciais personalistas. Além disso, traz ao populismo político um novo ingrediente: o vínculo religioso. Garotinho usa as igrejas evangélicas como fóruns de intermediação política, como fazia o Brizola com as associações de moradores e Chagas com líderes locais.

Para Carlos Pio³², o político populista sempre procura se valer de instituições (não estritamente políticas, como a igreja ou a associação de moradores) que agregam os indivíduos, muitas vezes procura representar seus interesses coletivos junto ao sistema político formal e, no mais das vezes, servem como canais para o contato dos políticos com os eleitores. Para este cientista político a pobreza cria um ambiente sócio-econômico e político que dá margem ao populismo, deixando o indivíduo suscetível a promessas vagas, mais disposto a trocar seu voto por um benefício material qualquer. O mesmo autor realça que, a pobreza faz muitos indivíduos

³² Em entrevista concedida à Revista da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, intitulada “Populismo: Civilização neles! É a única saída”.

acreditarem que a melhoria de sua situação depende da interferência de alguém dotado de qualidades incomuns: “Por isso, ele vota em quem doou a ambulância ao posto de saúde, construiu a lavanderia pública de seu bairro, asfaltou a sua rua, e por aí vai. Há uma exclusão social e econômica enorme, e grandes aglomerados de pessoas marginalizadas nas regiões urbanas, que têm atitude passiva diante das tecnologias de comunicação de massa”. A esse respeito, Pio afirma não ser à-toa que os principais líderes populistas têm a sua rádio e uma emissora de TV.

Percebemos uma acentuada mistura entre política e religião no governo de Anthony Garotinho e Rosângela Matheus, onde a religião é usada como estratégia de alcance às camadas mais pobres da população. Na periferia das grandes cidades ocorre uma grande influência das igrejas e principalmente as evangélicas que se proliferam muito rapidamente³³.

Um instrumento bastante utilizado por Garotinho é o rádio, através de um programa diário matinal. Pessoas de toda parte do Brasil ligam em busca de um “conselho amigo ou uma palavra de esperança”. Em sua grande maioria são evangélicos de diversas denominações que expõem problemas familiares, conjugais, de negócios ou, mesmo conflitos de vizinhança. Alguns o tratam por "amado irmão Garotinho" e se limitam a pedir uma oração. Outros, simplesmente servem de "escada" para uma explanação política. O discurso político é entremeado com citações bíblicas e vice-versa e sempre com uma exaltação positiva de ações do governo do Estado.

³³ Conforme dados da FGV e do IBGE, os evangélicos perfaziam apenas 2,61% da população brasileira na década de 1950. Avançaram para 3,35% em 1960, 5,20% em 1970, 6,55% em 1980, 9,59% em 1990 e 16,22% em 2000, ano em que somava 26.184.941 de pessoas. O aumento de 6,4 pontos percentuais e a taxa de crescimento médio anual de 7,9% do conjunto dos evangélicos entre 1991 e 2000, indicam que a expansão evangélica acelerou-se ainda mais no último decênio do século XX. A pesquisa do ISER (Instituto Superior de Estudos Religiosos) denominada Novo Nascimento: Os evangélicos na Igreja, em casa e na política realizada na região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta diversos dados referente à população evangélica e seu comportamento. Dentre eles, confirmou o fato de que a igreja evangélica penetra muito mais entre as pessoas de classe mais baixa e que a grande maioria dos templos são bem pequenos, com capacidade para 50 pessoas aproximadamente. No entanto, a religião também vem se expandindo para as classes médias e altas com o surgimento de grandes templos em bairros nobres. A pesquisa revelou ainda que o estado do Rio de Janeiro é o terceiro maior do país em porcentagem de evangélicos na população.

Como nos Estados teocráticos assistimos a despolitização do espaço público com um grave retrocesso em nossa experiência republicana de separação entre o Estado e a Igreja. As representações sociais daí advindas podem resultar na percepção de que estamos diante de uma liderança inimputável por seus atos administrativos já que seria porta voz de Deus. “Há uma indistinção entre o poder e o seu ocupante, entre o poder e aquele que exerce a função de governo porque o poderio provém de uma fonte imaginária extra-social, isto é, da divindade. Donde o caráter teológico do poder”. (Chauí, 1994)

Soma-se a essas características o fato de tal governo se realizar em tempos de neoliberalismo que, segundo Chauí, é o projeto de encolhimento do espaço público e do alargamento do espaço privado com caráter essencialmente antidemocrático favorecendo a matriz teológico-personalista do poder. “A ideologia neoliberal alimenta tudo aquilo que está presente na matriz teocrática e na matriz teológica do poder, isto é, a noção de personalidade e subjetividade como centro do poder, a indiferenciação entre público e privado, o narcisismo do governante, a política como espetáculo, mistério, transcendência e saber acessível somente aos iniciados, os competentes”. (Chauí, 1994).

Acreditamos que essas práticas de clientelismo e populismo presente em várias ações do governo de Anthony Garotinho e sua esposa Rosângela Matheus favorecem o fortalecimento do ranço conservador presente nas políticas assistenciais que as colocam como ações paliativas, de ajuda, colaborando para o processo de refilantropização da Assistência Social, com sua identificação com o assistencialismo. “A matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país, penetrando também na política social brasileira. Do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente na assistência social, vêm se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais”. (Yazbek, 2003)

Sendo assim, consideramos pertinente a análise do Programa Cheque Cidadão, em relação às categorias clientelismo e populismo que configuram o campo

da Assistência Social em oposição a afirmação de direitos. As observações suscitadas pela base empírica foram articuladas com os elementos conceituais utilizados no quadro de referência histórica aqui delineado. Acreditamos que há uma reconstrução dos conceitos discutidos nas práticas que se manifestam na execução do referido programa.

3.2

A política de Assistência Social no governo do estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado e da Assistência Social (SEFAS) e seus programas.

O processo de organização da Política de Assistência Social começou a se estruturar no governo do estado do Rio de Janeiro por ocasião da 1ª Conferência Estadual de Assistência Social, em novembro de 1995. Esta Conferência foi coordenada por uma comissão nomeada pelo então Governador na época, Marcelo Alencar, composta por representantes da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social, Gabinete Civil e pela sociedade civil, representada pelo Fórum Estadual de Assistência Social.

A partir da Conferência, surgiu uma proposta transformada na Lei nº2554, de 14 de maio de 1996, que criou o Conselho Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, regulamentado através do Decreto nº 24.301, de 22 de maio de 1998.

Em 1999, a área da assistência social passou a integrar a Secretaria de Estado de Ação Social Esporte e Lazer – SASEL. A partir do ano 2000, quando então foi criada a Secretaria de Ação Social e Cidadania, a assistência social no Estado do Rio de Janeiro aglutinou as ações que, até então estavam dispersas em outras secretarias, num órgão coordenador da Política no Estado, na perspectiva do comando único.

Em janeiro de 2004, os programas direcionados a crianças e adolescentes que faziam parte da SASC, foram transferidos para a nova Secretaria da Infância e da

Juventude (SEIJ)³⁴ passando então a Secretaria de Ação Social e Cidadania (SASC) denominar-se Secretaria de Ação Social (SAS).

Os programas da SEIJ são: Programa Vida Nova; Programa Um lar pra mim; Programa Todos pela paz e Programa Jovem Trabalhador.

Em novembro de 2005 ocorreu uma nova mudança na nomenclatura da Secretaria que passou a denominar-se Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social (SEFAS). Nesta ocasião, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Agente Jovem de Desenvolvimento Humano (governo federal) que estavam na SEIJ retornaram para a Assistência Social.

Segundo o secretário Fernando Willian tal mudança se deve ao sucesso de uma apresentação da governadora Rosângela Matheus ocorrida na China onde expôs seus programas sociais dando ênfase à família. E também por ir ao encontro da proposta do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) onde a matricialidade do sistema tem foco na família.

Ainda segundo o secretário, a secretaria terá uma nova estrutura no que diz respeito às exigências do Sistema Único de Assistência Social (Suas) que está sendo implantado no país. A secretaria possui dois vetores de atuação: os projetos especiais voltados para a segurança alimentar e necessidades mais imediatas da população, como o Restaurante Popular e o Cheque-Cidadão. Na nova organização, o governo está criando uma estrutura que ficará vinculada à Sub-Secretaria de Transferência de Renda, Segurança Alimentar e Cidadania, e uma outra, chamada Sub-Secretaria de Gestão do Suas, que estará voltada para, em um prazo de dez anos, estruturar o órgão como um todo, visando atender às exigências do Suas³⁵.

A Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social (SEFAS) é responsável pela formulação, coordenação e supervisão da Política de Assistência

³⁴ Conforme decreto no 34.693 de 30 de dezembro de 2003 com publicação no diário oficial do estado do Rio de Janeiro em 02 de janeiro de 2004.

³⁵ Em entrevista à Folha Dirigida em novembro de 2005 por ocasião de divulgação de vagas para os níveis de 2º e 3º graus em concurso previsto para o primeiro semestre de 2006. O quadro de pessoal da secretaria conta atualmente com cerca de 300 servidores, sendo que 200 são cargos comissionados. Esses cargos estão distribuídos por alguns projetos do governo, como o Cheque-Cidadão. Há também terceirizados, cujo número é calculado em, aproximadamente, 40. Para a área de assistência social,

Social no Estado do Rio de Janeiro, tendo como eixo de suas ações a família. Seu principal objetivo é valorizar o ser humano, principalmente os vulnerabilizados pela pobreza, garantindo o atendimento a suas necessidades básicas, como a participação na sociedade, dignidade, bem estar e qualidade de vida, conforme determina a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)³⁶.

Para isso, a secretaria executa ou coordena programas e projetos sociais, que atendem crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais, dependentes químicos e famílias em situação de pobreza em todo o estado.

A secretaria tem como entidade vinculada a Fundação Leão XIII, que desenvolve os trabalhos sociais para atender a população de rua e adultos em situação de miséria.

Os programas e projetos são divididos em focos de atenção. São eles: Atenção à Infância e Adolescência; Atenção à Dependência Química; Atenção ao Idoso; Atenção à portadores de deficiência; Atenção à população de risco nas ruas; Atenção Integral à família; Combate à desnutrição / Segurança Alimentar e Promoção Social e Cidadania.

A seguir apresento uma breve descrição de tais programas e projetos. As informações foram colhidas no site oficial do governo e em documentos de divulgação.

Atenção à Infância e Adolescência

Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

O Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano presta atendimento a adolescentes, entre 15 e 17 anos, em situação de risco social, oriundos de famílias de extrema pobreza. Eles são recrutados para atuar em suas comunidades como agentes

nunca houve concurso público. A única seleção ocorreu para a Fundação Leão XIII, órgão mais específico na área de assistência no estado.

³⁶ Como consta no site oficial do governo do estado.

multiplicadores nas áreas de saúde, cultura, meio-ambiente, esporte, turismo e cidadania. O programa consiste de um período de seis meses de capacitação e mais seis meses de prática de atuação. Durante todo o tempo, os atendidos recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 65,00.

Para participar do programa, os jovens devem ser alfabetizados e pertencer a famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Se estiverem fora da escola, são reinseridos ao sistema educacional. Os recursos são repassados em sua totalidade pelo governo federal, mas o governo do estado faz a supervisão e orienta os municípios na implantação e execução do programa.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), oferece uma bolsa-auxílio às famílias para que retirem suas crianças e adolescentes, entre sete e 14 anos, de trabalhos penosos e insalubres e os mantenha na escola. Na área rural, o valor do PETI é R\$ 25,00 por criança e na área urbana é de R\$ 40,00. O auxílio é repassado diretamente do governo Federal para os municípios, mas o Estado do Rio disponibiliza uma verba extra para garantir mais qualidade à jornada ampliada, que é uma série de atividades lúdicas, de entretenimento, esporte e reforço escolar.

Atenção à Dependência Química

Programa Clínicas populares para dependentes químicos

Oferecem internação especializada para dependentes químicos acima de 18 anos. São três clínicas no estado do Rio de Janeiro, cada uma com 90 vagas. A primeira clínica foi inaugurada em dezembro de 1999. A Clínica Michele Silveira de Moraes está localizada na zona oeste do Rio. A segunda clínica inaugurada em dezembro de 2001 – Ricardo Iberê Gilson – fica na cidade de Valença no Médio Paraíba. A terceira ganhou o nome de Nise da Silveira e fica em Barra Mansa, também na região do Médio Paraíba. As duas últimas clínicas oferecem tratamento

para pessoas com duplo diagnóstico, dependência de álcool/drogas e problemas psiquiátricos.

Atenção ao Idoso

Programa de Atendimento ao Idoso

O Programa de Atendimento ao Idoso abrange diferentes projetos com o objetivo de dignificar e proporcionar mais qualidade de vida aos idosos, por meio de ações articuladas envolvendo a participação de diferentes políticas públicas descentralizadas, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Projeto Ligue Idoso

O Ligue Idoso (21) 2299 5700, é uma linha direta que presta orientações, recebe denúncias e reclamações de quaisquer formas de discriminação, desrespeito, maus tratos e outros males sofridos pelos idosos.

As denúncias recebidas também servem de materiais de estudos e pesquisas estatísticas utilizados como base para outros trabalhos desenvolvidos com o objetivo de O programa faz o encaminhamento de cada caso, de acordo com a natureza, às instituições competentes tais como: Ministério Público, Conselho do Idoso, Delegacia da Terceira Idade, secretarias de Estado de Transporte e de Saúde, Associação dos Aposentados da Previdência Social do Rio de Janeiro, Defensoria Pública, entre outros. Em casos mais graves de violência, o idoso poderá ser acolhido temporariamente em um abrigo ou em uma das Vilas Residenciais mantidas pela secretaria.

A partir das denúncias, é possível ainda fiscalizar as entidades que prestam serviços aos idosos, como, por exemplo, os asilos e casas lares, para que não ocorram abusos ou o descumprimento à legislação. Atualmente, o serviço, que foi criado em 1999, está localizado junto a Delegacia do Idoso, na Central do Brasil.

Projeto Centro de Convivência

Os Centros de Convivência são espaços alternativos para reuniões associativas de lazer, cultura e de aprendizagem para idosos independentes. Os espaços possibilitam ainda a interação entre idosos, seus familiares e a comunidade local.

São nove no total, cada um atendendo a até 100 pessoas por dia, nos municípios de Duas Barras, Mendes, Miguel Pereira, Miracema, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, Saquarema, Rio Claro e Rio de Janeiro. Os municípios escolhidos apresentam o maior percentual de pessoas com mais de 60 anos.

Projeto Centro Dia

Os Centros Dia são espaços para o atendimento diário de idosos que possuem limitação para a realização de atividades individuais da vida diária e cujos familiares não dispõem de tempo para cuidar deles. Os centros oferecem diversas atividades sócio-culturais, além de atendimento médico, odontológico e fisioterápico.

São quatro centros-dia com capacidade de atendimento de 60 pessoas cada: Campos, Volta Redonda, Três Rios e Araruama. O programa funciona em parceria com os municípios. A Secretaria de Estado de Família e Assistência Social instala, equipa, treina pessoal e faz o monitoramento e avaliação das atividades, enquanto o município disponibiliza equipe técnica, encaminha os idosos e garante o fornecimento dos serviços essenciais.

Projeto Vida Saudável

O programa Vida Saudável disponibiliza em clubes sociais da cidade do Rio de Janeiro atividades de lazer, físicas (promoção da saúde), artísticas, culturais e bailes para pessoas da terceira idade. São 17 clubes atendendo a até 200 idosos cada, três vezes por semana. O objetivo é promover o envelhecimento ativo e saudável, a convivência entre gerações e o exercício da cidadania dos idosos.

Entre as atividades estão: jogos de salão, alongamento, caminhadas, ginástica, hidroginástica, oficina de memória, projeção de filmes educativos, palestras, passeios ecológicos e bailes. Para se inscrever, é preciso procurar o clube mais próximo de sua casa levando duas fotos 3x4, comprovantes de residência e de renda, xerox da carteira de identidade e atestado médico dando parecer favorável para a participação do idoso nas atividades.

As duas únicas exigências são que a renda mensal do idoso não ultrapasse a até três salários mínimos e não seja sócio do clube. Os clubes que fazem parte do programa são: Sírio e Libanês (Botafogo), Riviera Country (Barra), Luso Brasileiro (Santa Cruz), Guadalupe Country (Guadalupe), Aliados (Campo Grande), Country Clube Jacarepaguá (Praça Seca), Jacarepaguá Tênis Clube (Praça Seca), Vale do Paraíso Campestre (Tanque), Melo Tênis (Vila da Penha), América Football (Tijuca), Grajaú Tênis Clube (Grajaú), Social Ramos (Ramos), São Cristóvão Imperial (São Cristóvão), Riachuelo Tênis (Riachuelo), Tamoio Futebol Clube (São Gonçalo), Tamoio Futebol Clube Recreativo dos Guerreiros (Xerém) e Grêmio Recreativo Estudantil de Realengo (Realengo). Todas as atividades são acompanhadas por uma equipe multidisciplinar.

Projeto Vila Residencial

As Vilas Residenciais são espaços dedicados a abrigar idosos que estavam em asilos irregulares denunciados. A de Itaboraí tem oito casas, onde 16 idosos moram em regime de comunidade, dividindo as responsabilidades da vida doméstica. Os moradores têm atendimento integral de um casal de cuidadores de idosos. O local disponibiliza atividades sócio-educativas e de lazer em um centro de convivência implantado na vila.

A segunda vila, a de Sepetiba, é de responsabilidade da Fundação Leão XIII, e abriga em torno de até 70 idosos, distribuídos em 34 casas. Possui dois Centros de

Convivência e dois refeitórios. Voltados para os idosos que perderam a referência familiar. Os residentes são atendidos por dez cuidadores de idosos.

Cheque Cidadão Terceira idade

Em 16/08/2001 o Decreto nº 29011, instituiu uma subdivisão do programa cheque cidadão, que é direcionada a população maior de 60 anos. O programa cheque cidadão idoso é similar ao outro, só que o valor do cheque é de R\$ 50,00. Também funciona sob a coordenação da SEFAS, sendo a Fundação Leão XIII responsável pela execução e fiscalização.

Os critérios de seleção do Cheque Cidadão Idoso são: Ter idade mínima de 60 anos; Integrar unidade familiar cuja renda bruta mensal per capita resulte em fração igual ou inferior a 1/3 do salário mínimo em vigor e Residir em comunidade onde seja possível fiscalizar-se a distribuição do benefício, diretamente ou através de entidades locais credenciadas;

Atenção à Pessoas portadoras de deficiência

Coordenadoria Estadual para assuntos das pessoas portadoras de deficiência

A Coordenadoria Estadual para a Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, vinculada à secretaria de Estado da Família e da Assistência Social, foi criada para atender a uma antiga reivindicação das pessoas portadoras de deficiência. O objetivo é contribuir no planejamento e na coordenação das várias ações empreendidas pelo Estado em benefício das pessoas portadoras de deficiência, otimizando assim os recursos disponíveis.

A coordenadoria lançou o primeiro guia do Rio de Janeiro, chamado Espaço Reservado, informando sobre educação, trabalho, esporte, transporte e assistência

social para portadores de deficiência. O guia é usado como fonte de consulta e foi distribuído para entidades e pessoas ligadas ao tema. Também possibilitou a distribuição de 84 casas adaptadas às necessidades especiais dos portadores de deficiência no conjunto habitacional Nova Sepetiba.

Trabalhando em parceria com diversos órgãos do governo, a coordenadoria faz encaminhamento de portadores de deficiência para empregos, cursos profissionalizantes, educação especial, recebimento de medicamento, atendimento médico para utilização de prótese, inserção em programas sociais, entre outros serviços.

Atenção à população de risco nas ruas

Acolhimento à população de rua – Fundação Leão XIII

A Fundação Leão XIII acolhe população de rua, proporcionando meios para a melhoria de suas condições de vida, através de atendimento médico, odontológico e social, com albergamento de curta, média e longa duração. A Fundação dispõe de quatro abrigos próprios: Bonsucesso, Itaipu, Fonseca, Campo Grande e o Centro de Acolhimento de Benfica (CAB).

Em Bonsucesso fica o Centro de Triagem, onde após o acolhimento as pessoas são higienizadas, recebem alimentação, passam por uma avaliação médica e são transferidos para um abrigo que atenda suas necessidades. Em Itaipu, fica o abrigo para homens em idade produtiva. Fonseca abriga mulheres com comprometimento psiquiátrico, Campo Grande é destinado aos idosos e o CAB atende uma população mais jovem, que é capacitada para retornar o mais rápido possível à sociedade.

Todas as unidades possibilitam acesso e gratuidade na obtenção da documentação civil. Algumas ainda oferecem cursos profissionalizantes e de alfabetização, além de tratamento para combater a dependência química.

Hotel Popular

Inaugurado em março de 2002, oferece pernoite a apenas R\$ 1,00 para a classe trabalhadora que não pode retornar para casa porque não tem condições de arcar com o elevado custo da condução todos os dias. O hotel funciona, de segunda a sexta-feira, na Central do Brasil – no prédio acima de onde hoje está localizado o Restaurante Popular Betinho –, das 20h às 8h do dia seguinte, para que o trabalhador retorne às suas famílias nos fins de semana.

Para fazer uso do local, o trabalhador deve apresentar sua documentação e comprovante de residência. Os hóspedes têm direitos a um kit higiene (toalha, sabonete, roupa de cama, pente, escova e pasta de dentes) ao entrar e um café da manhã composto de pão com manteiga e café com leite ao sair.

O hotel tem monitoramento permanente feito por câmeras e também um salão/auditório com capacidade para 50 lugares para que sejam ministradas palestras educativas sobre os mais diversos temas.

Ao todo, são 138 vagas, sendo 110 para homens e 28 para mulheres. Dessas vagas, nove estão garantidas para deficientes físicos. O hotel tem três andares. No primeiro, funciona a parte administrativa; o refeitório e o auditório estão no segundo andar; e os quartos ficam no terceiro.

Durante o dia, o local serve como escola, com cursos na área de hotelaria promovidos pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec).

Reconstruindo Cidadania

Lançado em 4 de julho de 2000, o Projeto Reconstruindo Cidadania é executado pela Fundação Leão XIII, vinculada à Secretaria da Família e da Assistência Social. O projeto utiliza atividades educacionais, de capacitação profissional, culturais e de lazer para ressocializar pessoas que viveram nas ruas. Técnicos da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) e da Leão XIII acolhem crianças, adultos e famílias que moram ou perambulam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro passo é tentar reintegrar as pessoas a seus lares.

Os adultos que não têm vínculos familiares são levados para o Centro de Triagem de Bonsucesso, da Fundação Leão XIII, onde recebem alimentação, assistência médica e tiram seus documentos. Depois são encaminhados ao Reconstruindo Cidadania, em Benfica, onde podem ficar por um período entre três e seis meses, recebendo noções de higiene, atendimento médico, psicológico e odontológico, além de freqüentarem cursos de capacitação profissional, de alfabetização e o supletivo de primeiro e segundo grau e depois de capacitados, são encaminhados para o mercado de trabalho, se desligam do programa e vão morar por conta própria.

Entre os cursos oferecidos estão: oficinas de letreiros e silk screen, computação, inglês para informática, confecção (corte, costura e desenho), corte de cabelo, culinária (garçom, panificação, doces finos, salgados e frios decorativos). O mais novo curso do programa é de jardinagem, convênio firmado com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que absorverá a mão de obra qualificada. Para atender a família, o projeto passou por uma reestruturação dos cursos profissionalizantes com parcerias com a iniciativa privada para absorver a mão de obra. As crianças em idade escolar são matriculadas em escolas públicas e recebem reforço escolar, além de participarem de atividades lúdicas, de entretenimento, arte e cultura.

O prédio tem capacidade para atender a 400 pessoas, entre homens, mulheres e famílias. As crianças desacompanhadas são levadas para a Central de Recepção da

FIA e depois encaminhadas aos abrigos em unidades próprias ou conveniadas da Fundação.

Atendimento Integral à Família

PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família

Criado em 2000 pelo governo do estado do Rio de Janeiro é executado em parceria com os municípios.

Este programa presta atendimento a todos os integrantes da família, da criança ao idoso, através dos Núcleos de Atendimento à Família (NAFs) com programas, projetos e serviços assistenciais nos municípios. O programa financia, implanta, amplia e fortalece esses serviços através de convênios e cooperação técnica e financeira com as prefeituras. As famílias assistidas pelo PAIF também são inseridas em projetos de geração de trabalho e renda, de capacitação e qualificação para o mercado de trabalho.

Combate à Desnutrição / Segurança Alimentar

Café da Manhã nas estações de trem

O Café da Manhã tem por objetivo combater a desnutrição, oferecendo a primeira refeição, considerada a mais importante do dia, aos trabalhadores. O programa funciona em seis estações de trem: Saracuruna, em Duque de Caxias, Belford Roxo, Japeri, na Baixada Fluminense, e em Santa Cruz, Bangu e Campo Grande, na Zona Oeste do Rio. As estações foram escolhidas em função do baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), e do alto fluxo de passageiros.

O desjejum custa R\$ 0,35 e é servido de segunda a sexta-feira, a partir das 4h até acabar o estoque de cada estação. A refeição, que tem em torno de 600 calorias, inclui sempre café com leite, pão (massa fina / doce / broa de milho ou coco / com recheio ou margarina) e fruta da estação. O programa beneficia a 15 mil pessoas por dia.

Leite Saúde

O Leite Saúde é destinado a crianças entre 2 e 12 anos, sofrendo de carência alimentar, que vivem em bolsões de pobreza. O programa foi criado para combater a desnutrição em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro por meio da distribuição de dois quilos de leite em pó por mês para cada criança. São atendidas 100 mil crianças por mês, num total de 200 mil quilos mensais de leite.

O leite é enriquecido com vitaminas e sais minerais necessários às crianças em fase de desenvolvimento. Associado à distribuição do produto, as famílias das crianças cadastradas participam de atividades sócio-educativas e pedagógicas realizadas mensalmente por técnicos especializados, além de integrarem programas de geração de trabalho e renda.

Já as crianças são submetidas mensalmente a um exame de pesagem, para verificação de aumento de peso. O programa é gerenciado e executado pelas unidades da Fundação Leão XIII.

Restaurantes Populares

O primeiro restaurante foi inaugurado em dezembro de 1999 e oferece refeições à R\$ 1,00 para a população de baixa renda. São oito restaurantes populares no estado do Rio de Janeiro servindo em média 3.300 refeições diárias cada um. São eles: Herbert de Souza, na Central do Brasil; Getúlio Vargas, em Bangu; Jorge Cury, no Maracanã; Dom Hélder Câmara, em Duque de Caxias; Madre Tereza de Calcutá,

em Nova Iguaçu; Jorge Amado, em Niterói; Governador Mário Covas, em Itaboraí e Romilton Bárbara em Campos dos Goytacazes.

O programa cheque cidadão, objeto deste estudo, se encontra vinculado a este foco de atenção.

Promoção Social e Cidadania

Centro Comunitário de Defesa da Cidadania – CCDC

Os Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDCs) oferecem à população residente em comunidades de baixa renda uma série de serviços públicos e cursos profissionalizantes gratuitos. Nestes locais é possível obter a emissão de documentos (carteiras de identidade e de trabalho, título de eleitor e certidões de nascimento, casamento e óbito), além de ter atendimento jurídico (Defensoria Pública em diversas áreas, inclusive família, e Juizado Especial Cível para atendimento de pequenas causas e direito do consumidor), balcão do Sistema Nacional de Emprego do Estado do Rio de Janeiro (Sinerj) em busca da oportunidade de emprego e dar entrada em seguro-desemprego e, em parceria com a Santa Casa de Misericórdia, a obtenção de sepultamentos gratuitos.

Já em parceria com a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), os CCDCs desenvolvem cursos profissionalizantes de Informática, Operador de Telemarketing, Auxiliar de Recepcionista, Auxiliar de Cabeleireiro, Promotor de Vendas e Dança Educacional.

Os CCDCs dispõem ainda do SOS Cidadania, que leva todos os serviços disponíveis nas unidades em caminhões volantes por meio de solicitação da associação de moradores ou outras entidades representativas. São quinze unidades em todo o estado do Rio de Janeiro.

Central de Cartas populares Fernanda Montenegro – Central do Brasil

A Central de Cartas Populares Fernanda Montenegro é voltada para o público de baixa renda, semi-analfabeto e analfabeto, principalmente o migrante. A iniciativa ajuda as pessoas a manterem seus vínculos afetivos, amenizando as dificuldades encontradas por elas para se comunicar, por meio da redação e envio de cartas gratuitas para todo o Brasil. A Central também confecciona currículo profissional para ajudar os que estão em busca de emprego. As pessoas que utilizam o projeto podem ser ainda encaminhadas para cursos de alfabetização e de capacitação profissional, se houver interesse. O próprio projeto mantém um curso de alfabetização para adultos, com duas turmas de 25 pessoas, com duração de oito meses e duas horas de aula de segunda a sexta-feira.

Instalado na unidade do Rio Simples, da secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, na Central do Brasil, o projeto conta com as parcerias de Trabalho e Educação.

A implantação do projeto aconteceu em 2001, três anos após o lançamento do Filme Central do Brasil, de Walter Salles, em que a atriz Fernanda Motenegro interpretava uma escrevedora de cartas, atendendo os migrantes que viviam no Rio de Janeiro e não sabiam escrever. A Central de Cartas funciona de segunda a sexta-feira, de 7h às 18h.

Cozinha & Cia.

Implantada na comunidade Dona Marta, em Botafogo, a “Oficina Cozinha & Cia Ana Maria Braga” capacita a população de baixa renda da Região Metropolitana do Rio em culinária, aproveitamento total dos alimentos (cascas, talos, sementes e folhas) e economia doméstica. Os cursos vão de produção de doces e salgados decorativos à panificação e congelados. O objetivo é abrir novas fontes de emprego e

renda para os alunos, além de possibilitar que montem seu próprio negócio no ramo, além de melhorar a qualidade nutricional e a saúde de suas famílias.

Os cursos oferecem noções de implantação, financiamento e gerência de pequenos negócios nessa área. Os alunos podem ainda ser aproveitados em serviços de bufê e catering ou se unirem para trabalharem em cooperativas.

O projeto funciona em um casarão na rua Marechal Francisco de Moura 245, logo na entrada da comunidade Dona Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio. São duas turmas por mês, uma de manhã e outra à tarde, com 20 alunos em cada uma. O objetivo é formar 400 alunos por ano. O período de treinamento de cada turma é de cerca de três meses. No primeiro, os alunos recebem o treinamento propriamente dito. No segundo mês, participam das oficinas pilotos de culinária e no terceiro iniciam o estudo sobre formação de cooperativas e pequenas empresas.

À medida que os alunos vão sendo aprovados nos módulos vão também recebendo os certificados que os permitem buscar alternativas de geração de renda. A “Oficina Cozinha & Cia Ana Maria Braga” conta com o apoio do Sebrae, das empresas Rica, Itália e Vivo, além das ONGs Solares Ação Social e Cidadania e Consulado da Mulher.

De volta pro meu aconchego

Criado no segundo semestre de 2004, o projeto auxilia as pessoas que migraram para o Rio de Janeiro e hoje desejam retornar definitivamente para a terra natal, mas possuem condições financeiras para isso.

Geralmente essas pessoas vieram para o Rio em busca de melhores oportunidades de trabalho ou encantados pela beleza da cidade. Na maioria das vezes, o perfil de quem procura o projeto é de baixa ou nenhuma escolaridade, sem

capacitação profissional e encontra-se desempregado, passando necessidades. Por isso, decide voltar para junto da família.

As passagens são fornecidas por uma empresa interestadual de ônibus, no período de baixa temporada, entre março e agosto. São 20 passagens por mês. Para a viagem, a secretaria oferece ainda um kit higiênico com toalha de rosto, pasta e escovas de dente, biscoitos ou frutas.

Projeto Reencontro

Coordenado pela secretaria estadual da Família e da Assistência Social e executado pela Fundação Leão XIII, o projeto Reencontro é uma iniciativa do governo do Estado que visa promover a localização e o reencontro de pessoas, maiores de 18 anos, que perderam o contato e a referência familiar ao longo dos anos.

Implantado no segundo semestre de 2004, o serviço já localizou pessoas até no exterior. O projeto conta com uma equipe de assistentes sociais e utiliza uma rede de parceiros de órgãos públicos e da sociedade civil de todo o país para localizar as pessoas procuradas.

Ao receber uma solicitação, as assistentes sociais realizam uma entrevista social com o solicitante e, posteriormente iniciam a busca.

Programa Farmácia Popular

Atendimento a idosos de 60 anos ou mais com a venda de 44 tipos de medicamentos no valor de R\$ 1,00. Para ser cliente é preciso apresentar comprovante de idade e de residência na região e ter receita da rede pública com o nome genérico do medicamento. O projeto foi implantado e é coordenado pelo Instituto Vital Brazil. Atualmente estão funcionando 14 unidades da farmácia em todo o estado do Rio de Janeiro: Niterói, Campo Grande, Bangu, Ilha do Governador, Nova Iguaçu, Duque de

Caxias, Campos, Araruama, Volta Redonda, Nova Friburgo, Resende, Jacarepaguá, São Gonçalo e São João de Meriti.

Programa Cidadão Positivo

Oferece, em convênio com a organização não-governamental Grupo Astral, moradia em uma casa de convivência para as pessoas portadoras do vírus HIV, com dificuldades financeiras e/ou que tenham sido abandonadas pelas famílias. Elas recebem alimentação, orientação psicológica e social e participam de atividades sócio-culturais e profissionalizantes. A casa tem 30 leitos.

Percebemos que os programas da SEFAS são bem personalizados, carregam a marca do governo do estado, foram em sua maioria criados no período de gestão do governador Anthony Garotinho e não se tratam apenas de programas relativo a um pacote do governo federal e comum a todos os estados brasileiros. Com isso, também é possível identificar uma certa resistência a parcerias, ao cumprimento da diretriz da descentralização preconizada na LOAS ao executar diretamente vários programas. Com relação ao Programa Bolsa Família que busca articular as três esferas de governo, o estado não vem contribuindo com uma pactuação que poderia favorecer ao aumento do valor do benefício e a articulação com outras ações sociais. E apesar de conter na SEFAS alguns programas que visam trabalhar a cidadania e com ações mais articuladas, como é o caso do PAIF em parceria com as prefeituras, estes são menos expressivos, menos abrangentes.

A ênfase do governo é direcionada para os programas de caráter mais emergencial como os da política de um real, representados pelos Restaurantes e Farmácia Populares, além do Programa Cheque Cidadão.

3.3

O Programa Cheque Cidadão em foco

O Programa Compartilhar/Cheque Cidadão é um programa social instituído pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, na gestão do Governador Anthony Garotinho (PSB-RJ), por meio do Decreto nº 25.681 de 05/11/1999. De acordo com este decreto o programa seria implementado pela Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente, através da FIA-Fundação para a Infância e Adolescência e ficaria sob a coordenação do Gabinete Civil na responsabilidade do Sub-Secretário Pastor Everaldo Dias Pereira.

A partir de 13 de abril de 2000, sua coordenação passou para a então denominada Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania – SASC –, conforme o disposto no Decreto nº 26.172.

A pesquisa

O Programa Cheque Cidadão tem como objetivo central oferecer um complemento de renda que possibilite às famílias mais pobres do estado, condições para suprir suas necessidades básicas de alimentação. A dimensão alcançada por esse programa em termos de cobertura (em março de 2005 eram cerca de 96 mil famílias beneficiadas) já representa motivação suficiente para a realização de uma pesquisa que busca compreender melhor o impacto social e político deste programa de transferência de renda. Além disso, chama atenção por sua principal particularidade que consiste na utilização de instituições religiosas para a seleção e distribuição dos benefícios aos participantes.

Outro ponto que nos instigou na escolha do programa como objeto empírico da pesquisa é por ser o mesmo, considerado o carro chefe na área social do governo do Estado, juntamente com outros programas com as mesmas características assistencialistas, como Restaurante Popular e Farmácia Popular. A implementação deste programa que se iniciou na gestão de Anthony Garotinho e continua em expansão na gestão de sua esposa Rosângela Matheus, revela nessa trajetória uma

clara tendência de retorno a práticas políticas de caráter populista, paternalista e assistencialista. Nossa preocupação foi de entender a lógica de implantação do programa cheque cidadão buscando perceber em que medida este programa vem contribuindo para a Assistência Social enquanto política pública ou vem reforçando práticas conservadoras ainda muito presente nesta área, onde os serviços prestados reproduzem relações de tutela, favor e de clientelismo.

A pesquisa buscou levantar informações qualitativas e em menor medida quantitativas que possibilitassem entender o processo de planejamento e operacionalização do programa, bem como os atores envolvidos, com destaque para o processo de seleção dos beneficiários e o tipo de contra-partida exigido. Também foi nosso objetivo levantar informações sobre as características sócio-econômicas dos beneficiários entrevistados, e levantar a percepção dos mesmos e da equipe técnica envolvida sobre o funcionamento do programa.

Os procedimentos utilizados na coleta de informações foram, principalmente, a análise documental e entrevista. Também foi possível fazer uso da observação “in loco” nas ocasiões de entrega do cheque em três entidades e de uma reunião com o Secretário de Ação Social Fernando William e voluntários das entidades religiosas do município do Rio de Janeiro. No que se refere à análise documental, ocorreram muitas dificuldades no acesso à documentação e registros sobre o andamento do programa. Obtivemos da SEFAS apenas alguns folhetos de divulgação, os decretos de criação do programa, um documento direcionado aos voluntários e listagem com o quantitativo de cheques e relação das entidades religiosas. Em consequência, as entrevistas tiveram um peso decisivo na coleta de informações sobre o programa.

O programa Cheque Cidadão abrange praticamente todo o estado do Rio de Janeiro. O critério utilizado para delimitar a área da pesquisa empírica foi escolher a área com maior concentração de benefícios distribuídos. Conforme material fornecido pela SEFAS em março de 2005, o município do Rio de Janeiro abrigava quase 50% dos beneficiários do programa e o bairro com maior quantitativo na época era o de Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro com cerca de 5.600 beneficiários.

O estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios. O cheque cidadão abrange 84 municípios atingindo um total de 94.508 famílias beneficiadas. Assim, só o município do RJ atende um quantitativo de beneficiários de 46.295.

No interior do estado, o maior quantitativo de famílias atendidas está em Campos, com 12793 cheques. Esses dados podem ser visualizados nas tabelas a seguir.

Tabela 1: Relação dos municípios da região metropolitana e o respectivo número de cheques distribuídos.

Nome Município	Total Cheques	Nome Município	Total Cheques
Mesquita	696	Belford Roxo	3083
Nilópolis	746	Duque de Caxias	3156
Niterói	725	Guapimirim	226
Nova Iguaçu	4504	Itaboraí	371
Paracambi	499	Itaguaí	1375
Queimados	595	Japeri	786
Rio de Janeiro	46295	Magé	1213
São Gonçalo	4152	Mangaratiba	43
São João de Meriti	2372	Seropédica	883

Fonte: SEFAS 15/03/2005

Tabela 2: Relação dos municípios do interior e o respectivo número de cheques distribuídos.

Município	Total	Município	Total/cheques
Angra dos Reis	110	Aperibe	48
Araruama	184	Armação de Búzios	76
Barra de Pirai	958	Barra Mansa	347
Bom J. de Itabapoana	220	Cabo Frio	285
Cachoeira de Macacu	289	Campos	12793
Carapebus	80	Cardoso Moreira	89
Carmo	45	Casimiro de Abreu	47
Conceição de Macabu	54	Cordeiro	48
Duas Barras	95	Eng. Paulo de Frontim	46
Iguaba grande	110	Itaboraí	371
Italva	96	Itaocara	45
Vassouras	42	Itaperuna	369
Laje de Muriaé	94	Macaé	343
Maricá	109	Mendes	36
Miguel Pereira	101	Miracema	156
Natividade	204	Paraíba do Sul	45
Parati	13	Paty de Alferes	104
Petrópolis	84	Pinheiral	78
Pirai	51	Porciúncula	48
Porto Real	100	Quatis	100
Quissamã	68	Resende	90
Rio Claro	89	Rio das Flores	46
Santa M. Madalena	87	Santo A. de Pádua	347
São Fidélis	290	São F. Itabapoana	177
São João da Barra	46	São José Ubá	102
São Pedro aldeia	69	Sapucaia	75
Saquarema	104	Silva Jardim	59
Tanguá	181	Teresópolis	250
Três Rios	334	Valença	17
Varre Sai	86	Volta Redonda	1885
Rio das Ostras	11	Areal	49
Cambuci	29	Com Levy Gasparian	44
Cantagalo	28	Arraial do Cabo	38

Fonte: SEFAS 15/03/2005

Conforme os dados obtidos, são 56 as entidades religiosas e assistenciais voluntárias, que compõem o conjunto de instituições credenciadas para a distribuição do cheque cidadão no bairro de Campo Grande. Conforme tabela a seguir:

Tabela 3: Relação das entidades religiosas e assistenciais em Campo Grande – RJ.

Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Igreja E. A. de Deus no Leandro
Assembléia de Deus do Parque São Basílio	Primeira Igreja Batista do Bairro Adriana
Mitra Arquiepiscopal Do Rio De Janeiro	Igreja E. P. Missão com Cristo e Yahweh
Paróquia Nossa Senhora Das Graças	Igreja E. P. em Obra de Libertação
Paróquia Nossa Sra da Conceição e Santo Antônio	Igreja E. A. Ministério Monte Gerizim
Igreja Ev Assembléia de Deus Que Esta Em S Rosa	Igreja Pentecostal Fogo no Altar
Igreja Pentecostal Da Reconciliação Mundial	Igreja Evangélica Quadrangular
Igreja Apostólica Crista Parque São Luiz	Assembléia de Deus Gloria e Paz
Igreja Evangélica Congregacional Ebenezer	Igreja E. Pentecostal Cristo Vive em Mim
Primeira Igreja Batista em Santa Clara	Igreja E. A. de Deus Fonte da Salvação
Igreja Metodista Pentecostal Missionária Ministério Nova União	Igreja Evangélica Em Campo Grande Na Obra Da Restauração no Brasil
Igreja Evangélica Assembléia Deus	Igreja Batista Nacional Maanaim
Associação Missionária Vida Nova	Igreja do Evangelho Quadrangular
Assembléia de Deus "Missionários De Cristo"	Comunidade de Jesus.
União Este Bras dos Adventistas do Sétimo Dia	Igreja Apocalípica Nova Jerusalém
Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus	Comunidade Evangélica Filadélfia
Igreja Metodista de Campo Grande	Rede Episcopal da Nação Apostólica
Igreja E..A. de Deus do Brasil no Guandu Rj	Igreja Evangélica Assembléia de Deus
Associação da Igreja Metodista - 1 Região Eclesiástica	Igreja Batista Nova Filadélfia
Igreja Assembléia de Deus de Oliveira	Igreja Metodista Wesleyana de C. G
Igreja Evangélica Pentecostal em Obra de Libertação	Igreja M. O. na Morada do Campo
Instituição Adv De Educ E Assist Social Este Brasileira	Igreja E. Missionária Deus Proverá
Igreja Evangélica Pentecostal em Obra de Libertação	3ª Igreja Batista em Santa Margarida
Igreja Evangélica Catedral do Deus Vivo	Igreja E. A. de Deus do Universo
Igreja do Evangelho Quadrangular	Igreja E. A. de Deus de Amazonas
Ilê De Sant Anna	Igreja E. A. de Deus - Ministério Graça e Vida
União Umbandista dos Cultos Afro- Brasileiros Ltda	Lar Fabiano de Cristo

Fonte: SEFAS - julho de 2005.

Diante da impossibilidade de realizar uma pesquisa em todo esse universo, selecionamos algumas entidades. O critério utilizado para a seleção das entidades buscou privilegiar a diversidade das entidades religiosas, com a escolha aleatória de uma Igreja de cada segmento. Desta forma, não consideramos a prevalência das Igrejas Evangélicas na distribuição do benefício. Após a contemplação de uma entidade de cada segmento pretendíamos realizar a pesquisa em mais duas entidades, uma católica e uma evangélica, visto que são os segmentos com maior representatividade. No entanto, não foi possível viabilizar a visita para mais uma entidade evangélica.

Portanto, o universo da pesquisa junto aos beneficiários e aos voluntários compreende as seguintes entidades:

Lar Fabiano de Cristo
Paróquia Nossa Senhora da Conceição
Paróquia Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio
Igreja Evangélica Pentecostal em Obra de Libertação
União Umbandista dos Cultos Afro Brasileiros

Nas visitas às entidades foi possível entrevistar cinco voluntários e dezenove beneficiários. Em três destas instituições, a visita foi realizada no dia de entrega do cheque e, nas outras, foi marcado um outro dia com o voluntário responsável, que na ocasião, convidava alguns beneficiários para participar das entrevistas.

Uma outra parte das entrevistas se deu com os técnicos envolvidos na gestão, planejamento, coordenação e execução do programa. Foram entrevistados seis técnicos, entre Agente Social, Assistente Social, estagiária de Serviço Social, gerente da parte financeira, Secretária da coordenadora, coordenadora do programa.

Além disso, a participação em uma reunião em agosto de 2005 com o Secretário de Ação Social (Fernando Willian) e os voluntários das entidades religiosas permitiu a incorporação de novos elementos sobre alguns pontos

importantes do programa. Na configuração do programa elaborada neste trabalho incorporamos algumas falas do Secretário durante esta reunião.

3.3.1

Como funciona o Programa Cheque Cidadão

O Programa cheque cidadão é destinado a assistir famílias carentes com baixa renda que necessitam de apoio governamental em face de sua situação sócio-econômica. Seu objetivo é a garantia de uma renda mínima àquelas famílias situadas no patamar de pobreza e miséria com a distribuição de cupons no valor de R\$100,00 (cem reais) mensais. Esses cupons são trocados em estabelecimentos comerciais credenciados pela Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (ASSERJ) por quaisquer produtos alimentícios e de higiene, não podendo ser utilizado para a aquisição de bens de consumo duráveis, bebidas alcoólicas, fumo e derivados.

As famílias assistidas, independentemente de qualquer contribuição pecuniária ao Estado, precisam atender aos seguintes critérios:

1. possuir renda familiar per capita igual ou inferior a 1/3 (um terço) do Salário Mínimo;
2. ter filhos em idade escolar freqüentando a escola;
3. possuir filhos menores de 10 (dez) anos em dia com o calendário de vacinação;
4. cadastrar-se e ser incluído no Programa por intermédio das Instituições assistenciais e religiosas voluntárias, cabendo a estas a responsabilidade da seleção e da distribuição dos cupons, conforme disposto no Decreto nº 25.681 de 05/11/1999, alterado pelo Decreto nº 26.681 de 18/08/2000.

Como contrapartida, as famílias beneficiárias necessitam apresentar a nota fiscal das compras efetuadas com o Cheque Cidadão no máximo cinco dias após seu recebimento, e atualizar semestralmente a documentação apresentada à entidade voluntária, notadamente a declaração de freqüência escolar dos filhos entre sete e

catorze anos e a caderneta de vacinação atualizada das crianças menores de dez anos. A não apresentação dos documentos pode significar o desligamento do programa.

É importante ressaltar que, no decreto de criação do programa, não se encontra nenhuma referência a quantas famílias seriam atendidas, por quanto tempo receberiam o benefício, como seriam selecionadas, se havia algum estudo em que o programa estaria baseado, e qual efetivamente seria o papel das entidades religiosas.

No relatório anual de 2000/2001, produzido pelo Serviço Social, o programa destina-se a “assistir famílias carentes”, tendo por base os princípios constitucionais emanados nos artigos 226 e 227 da Constituição Federal, que destinam especial proteção do Estado à família. Este relatório também cita os principais objetivos específicos do programa.

- Beneficiar as famílias carentes que necessitam de apoio governamental em face da sua situação econômica/social e que passam no momento por dificuldades financeiras;
- Garantir à essas famílias proteção do Estado, previsto no art. 227 da Constituição Federal no que se refere à alimentação;
- Beneficiar a família independente de qualquer contribuição pecuniária ao Estado;

De acordo com essas informações, percebe-se que a linha de base do programa é a busca de uma solução imediata para a situação de carência alimentar das famílias, justificado por ser direito garantido pela Constituição e dever do Estado. Em nenhum momento é demonstrada intenção em proporcionar o rompimento com a situação de pobreza das famílias.

Vale lembrar, que a discussão sobre a segurança alimentar estava na agenda pública desde 1993, por ocasião da Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. “Essa campanha, que visava socorrer 32 milhões de brasileiros em condições de indigência, organizou em comitês cerca de três milhões de pessoas e conseguiu a contribuição efetiva de 30 milhões de brasileiros, garantiu o reconhecimento da segurança alimentar como um direito de todos os brasileiros e abriu campo para iniciativas como a produção do Mapa da Fome, a criação do

Conselho de Segurança Alimentar (depois substituído pelo Programa Comunidade Solidária) e a proposta de implantação dos programas de renda mínima”. (Bava, 1998)

O credenciamento das entidades religiosas, que distribuem o benefício, se dá por meio de convite do Governo do estado a participar do programa³⁷, ou por iniciativa própria das entidades que podem enviar carta ao governo. Elas precisam preencher algumas informações cadastrais (localização, dados do voluntário que será responsável pelo programa, etc), apresentar documentação relativa ao estatuto ou contrato social em vigor, apresentar inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal (CGC) e passar por uma avaliação. São avaliadas questões como disponibilidade de espaço físico para reuniões com as famílias e apresentação em sua trajetória institucional algum histórico de trabalho assistencial comunitário. A entidade religiosa designa uma pessoa que será responsável pelo elo entre governo e beneficiários. Este voluntário participará de palestras promovidas pela SEFAS onde suas funções serão detalhadas.

As responsabilidades da equipe técnico-administrativa do programa cheque cidadão, vinculados à SEFAS são:

- Visitas às entidades religiosas que requerem inclusão no programa;
- Orientação às entidades religiosas e aos voluntários sobre os procedimentos relacionados ao cadastramento;
- Avaliação das fichas sociais preenchidas pelo voluntário;
- Reuniões regionalizadas com os voluntários, reuniões de equipe, calendário das atividades, atendimentos individuais (entidades e famílias);
- Averiguação de denúncias;

³⁷ Segundo um técnico da SEFAS os convites eram feitos mais no início do programa porque agora a procura é maior que a oferta de vagas.

Os decretos que instituem o programa não definem o papel das entidades parceiras. Como consta no 1º parágrafo do art. 3º do decreto nº 25681 “ À Secretaria de Estado de Ação Social caberá, ainda, o cadastramento das famílias beneficiárias e a distribuição dos cupons de que trata o art. 2º , para o que poderá contar com a colaboração de entidades assistenciais e religiosas.

Na prática, o que é observado é que são essas entidades que desde o início são responsáveis por toda a execução do programa, seleção e distribuição do benefício, cabendo à SEFAS o papel de coordenação e supervisão das ações.

Como essas instituições vão selecionar as famílias é algo que não foi fixado pela SEFAS, fazendo com que não seja um processo padronizado, ou seja, podendo ocorrer o privilegiamento de algumas pessoas por serem membros da Igreja, por exemplo. Os voluntários são orientados quanto aos critérios de elegibilidade e procedimentos para recolher a documentação exigida para a inscrição no programa.

A distribuição dos cheques ocorre uma vez ao mês, geralmente no final. Primeiro, o voluntário comparece em um dos pólos³⁸ de distribuição para buscar os cheques e alguns dias depois o distribui na entidade, e retorna ao pólo com as notas fiscais das compras. Os pólos foram criados em 2001, com o objetivo de facilitar o trabalho dos voluntários ao ser uma referência mais próxima de sua comunidade, pois anteriormente eles precisavam ir ao Palácio Laranjeiras nas duas ocasiões mencionadas.

Segundo os coordenadores do programa, este encontro com os voluntários por ocasião da busca dos cheques e da entrega das notas fiscais é aproveitado para a realização de orientações referente ao programa, as tarefas do voluntário, sua importância para o funcionamento do programa, etc.

Cada pólo é acompanhado por um³⁹ Agente Social da SEFAS que faz o contato direto e mensal com o voluntário das entidades. O município do Rio de

³⁸ Pólo se refere a uma entidade mais próxima de uma determinada área de abrangência de distribuição do cheque.

³⁹ Com exceção do pólo de Bangu que dispõe de dois Agentes Sociais para supervisão das ações.

Janeiro possui oito pólos. E o bairro pesquisado, Campo Grande está vinculado ao pólo de Bangu. Conforme tabela na página seguinte.

Tabela 4: Pólos de distribuição do cheque e entrega das notas fiscais, com suas respectivas áreas de abrangência e entidades cadastradas no município do Rio de Janeiro.

Pólo	Área de Abrangência	Quantidade de entidades
Penha	Acari; Bonsucesso, Brás de Pina; Coelho Neto; Cordovil; Engenho da Rainha; Higienópolis; Inhaúma, Irajá, Jardim América, Mangueira; Manguinhos; Nova Brazilia; Olaria; Parada de Lucas; Parque Prolet; Penha; Pavuna; Penha Circular; Ramos; Thomaz Coelho; Vaz Lobo; Vicente de Carvalho; Vigário Geral, Vila da Penha; Vila Kosmos, Vista Alegre.	129 entidades
Maré / Ilha do Governador	Bonsucesso, Cocotá, Galeão, Ilha do Governador, Jardim Carioca, Manguinhos, Maré, Nova Holanda, Penha Circular, Praia de Ramos, Ramos, Triagem.	54 entidades
Marechal Hermes	Acari, Anchieta, Bangu, Barros Filho; Bento Ribeiro; Camboatá, Cavalcante, Costa Barros, Deodoro, Guadalupe, Madureira, Magalhães Bastos, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Padre Miguel; Parque Anchieta, Realengo, Ricardo de Albuquerque, Sulacap.	104 entidades
Méier	Água Santa; Andaraí; Benfica; Cachambi; Caju; Del Castilho; Encantado; Engenho de Dentro; Engenho Novo; Inhaúma; Jacaré; Jacarezinho; Lins de Vasconcelos; Mangueira; Maracanã; Méier; Muda; Olaria; Piedade; Pilares; Quintino; Riachuelo; Rio Comprido; Sampaio; São Cristóvão, São Francisco Xavier; Tijuca, Usina; Vila Isabel.	78 entidades
Taquara	Andaraí, Cidade de Deus; Curicica; Freguesia; Gardênia Azul; Jacarepaguá; Largo do Tanque; Leblon, Mato Alto; Praça Seca; Recreio dos Bandeirantes; Tanque; Taquara; Vargem Grande; Vargem Pequena.	39 entidades
Copacabana	Botafogo; Cantagalo; Catete; Catumbi; Centro; Copacabana; Estácio; Fátima; Flamengo; Gamboa; Ipanema; Jardim Botânico; Lagoa; Laranjeiras; Leblon; Leme; Rio Comprido; Rocinha; Santa Teresa; Santo Cristo; Saúde; Vidigal.	59 entidades

Cascadura	Acari; Bangu; Barros Filhos; Bento Ribeiro; Campinho; Cascadura; Cavalcante; Coelho Neto; Colégio; Costa Barros; Engenho da Rainha; Guadalupe; Honório Gurgel; Inhaúma; Irajá; Madureira; Mallet; Oswaldo Cruz; Pavuna; Piedade; Pilares; Quintino; Ramos; Realengo; Ricardo de Albuquerque; Rocha Miranda; Turiacu; Vaz Lobo; Vicente de Carvalho.	108 entidades
Bangu	Augusto de Vasconcelos; Bangu; Campo Grande; Catiri; Cosmos; Guaratiba; Inhoaíba; Jabour; Jardim Bangu; Jardim Monteiro; Jardim Novo Realengo; Jardim Palmares; Jardim São Gerônimo; Magalhães Bastos; Paciência; Padre Miguel; Pedra de Guaratiba; Realengo; Santa Cruz; Santa Margarida; Santíssimo; Senador Câmara; Sepetiba; Turiacu; Urucânia; Vila Kennedy; Vilar Carioca.	177 entidades
		Total: 748 entidades

Fonte: SAS – agosto de 2005.

No momento da distribuição dos cheques nas entidades, os beneficiários assinam uma lista que é apresentada à SEFAS para seu controle. Cada cheque é nominal e intransferível e tem de ser utilizado em uma única compra. O supermercado oferece a nota fiscal referente à compra para que o beneficiário entregue ao voluntário em dia estipulado pelo mesmo, geralmente no prazo de cinco dias.

As demais etapas do fluxograma referem-se ao convênio firmado entre a FIA e a ASSERJ (Associação dos Supermercados do estado do Rio de Janeiro), cabendo a esta última as seguintes funções:

- Credenciar os supermercados que apresentam interesse em participar do programa;
- Orientar e fiscalizar os supermercados quanto à arrecadação dos cupons por eles recebidos;
- Enviar à FIA até o último dia útil de cada mês os cupons recebidos para fins de reembolso;

Os cupons que chegam até a FIA são conferidos por esta que, após a checagem com as notas fiscais enviadas pelas entidades efetua a liquidação e o pagamento dos mesmos junto à ASSERJ que repassa os valores aos supermercados.

3.3.2

Os beneficiários do programa cheque cidadão: O que pensam? O que sonham?

O universo de beneficiários entrevistados corresponde a dezenove pessoas. Dentre estes, a maioria (16), recebia o benefício há mais de dois anos. Dezesete entrevistados são do sexo feminino sendo apenas dois do sexo masculino. As entrevistas foram realizadas em Julho de 2005 e sempre no local de distribuição do benefício.

Os principais objetivos das entrevistas com os beneficiários foram:

- Observar as condições sócio-econômicas da população beneficiada correlacionando com os critérios de elegibilidade do programa;
- Entender a operacionalização do programa a partir dos beneficiários;
- Descrever as opiniões e percepções dos beneficiários sobre o programa;

Características dos beneficiários entrevistados

Os entrevistados apresentam baixa escolaridade dos quais quatorze estudaram somente até a 4ª série primária, e três completaram o primeiro grau. Apenas dois entrevistados declararam possuir o 2º grau completo.

A maioria das famílias é composta por mais de cinco pessoas. O número de filhos para quatorze entrevistados fica acima de três, sendo dois filhos para apenas três entrevistados. Em todas as famílias dos entrevistados existem crianças em idade escolar.

A renda familiar é baixa e irregular, não passa de um salário mínimo e é proveniente do trabalho precário e informal. Geralmente, faxina e vendas para as mulheres, e biscates de servente, pedreiro e capina para os homens.

Cabe ressaltar que dentre os entrevistados nenhum estava no mercado formal de trabalho não tendo assim como comprovar sua renda. Esse item é de complexa mensuração visto que as famílias estão envolvidas em atividades informais com renda bastante variável.

Onze entrevistados participam de outros programas sociais como, Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do governo federal em parceria com os estados e municípios e Projeto Mulher em Ação da prefeitura do Rio. Tais programas representam um reforço fundamental na renda e para algumas destas famílias constituem em único meio de sobrevivência principalmente quando não conseguem nenhum biscate durante o mês.

Outra característica dos entrevistados é que todos utilizam os serviços públicos para suas questões de saúde e educação.

As residências são, em sua grande maioria, precária, com poucos cômodos, ausência de saneamento e não regulamentadas em locais de invasão.

Como podemos perceber, pelos dados colhidos nas entrevistas, as famílias inseridas no Programa Cheque Cidadão, estão dentro dos critérios de elegibilidade, como renda per capita inferior a 1/3 do salário mínimo e filhos em idade escolar. E correspondem ao perfil dos destinatários dos programas sociais focalizados sob a orientação neoliberal. Aqui estão presentes famílias que tem em comum a experiência da pobreza, a baixa escolaridade, o trabalho precário, a falta de oportunidades. “Universo marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pelo ressentimento, pela fadiga, pela crença na felicidade das

gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo”. (Yazbek,2003)

A visão dos beneficiários entrevistados sobre o programa

Quase todos os beneficiários (16) informaram que as exigências para receber o cheque cidadão foram explicadas antes de se inscreverem. As exigências explicitadas nas normas do programa foram citadas por dezoito entrevistados. Outras exigências foram acrescentadas por alguns entrevistados, tais como: ter mais de dois filhos, documentação completa, não estar trabalhando, baixa renda.

A maior parte dos beneficiários (17), informou que foi preenchido algum tipo de formulário para sua inscrição no programa. Nesta ocasião de ingresso também deixaram cópias dos documentos de identificação, algum tipo de comprovação de residência, comprovante de renda quando empregado formal, além da declaração de matrícula escolar e carteira de vacinação dos filhos. No entanto, as respostas quanto à frequência para atualização dos dados variou bastante. Dos entrevistados, nove declararam que o programa faz atualização anualmente, sete semestralmente e houve ainda três que declararam apenas ter entregado as cópias dos documentos somente por ocasião da inscrição.

A equipe da SEFAS afirma que ocorre um recadastramento semestral no programa onde todos os beneficiários precisam entregar aos voluntários os documentos exigidos pelo programa.

Quando questionados sobre a opinião referente ao programa, aspectos positivos e negativos, a grande maioria dos entrevistados (16), afirmam que o programa é muito bom, uma ajuda muito grande, pois é a garantia de uma compra mensal. As queixas mais frequentes foram em relação ao valor do cupom (cem reais) que consideram pouco e não sofre reajuste desde o início do programa há seis anos e sobre o controle das notas fiscais.

Conforme alguns depoimentos:

O cheque cidadão me ajudou muito, muito, muito, graças a Deus, eu estava numa fase muito difícil, porque eu não tenho marido pra me ajudar, o cheque cidadão é o que ajuda a sobreviver porque o que consigo vai pro gás, pra luz, foi uma ajuda muito bem vinda mesmo, nem sei o que seria de mim, talvez se não tivesse esses 100 reais, todo mês é certo poder fazer aquela comprinha, não é grande coisa mas ajuda muito, mas também tem que saber o que comprar porque não pode comprar besteira.

É bom porque é uma certeza de ter pelo menos aquilo de comida na sua casa. Mas eles tinham que aumentar. Na época que começou o cheque tinha muito valor, dava pra fazer uma boa compra, agora já é muito pouco.

O cheque é bom porque dá pra comprar bastante coisa e de ruim é que a Rosinha tinha dito que ia aumentar o cheque e até hoje nós estamos esperando. O cheque também não é grandes coisas não, é uma ajuda, né. Dá pra comprar o arroz, feijão, o leite. Mas já tá bom. Não pode comprar carne de primeira, só se tiver barato. Eu nunca comprei, não. Às vezes eu levo um dinheiro pra comprar a carne.

A concepção de ajuda está presente em quase todos os depoimentos e se refere tanto ao formato do programa, a forma com que é transmitido, quanto ao baixo valor do benefício que não supre as necessidades alimentares das famílias, apenas minimiza. “A vantagem do cheque cidadão é você saber que pelo menos vai ter o arroz e feijão pra dar pros seus filhos, é uma ajuda, mas que também não é grande coisa não, porque 100 reais não dá pra quase nada e depende do número de pessoas na casa e geralmente quem tá no programa tem muitas crianças, então não dá pra quase nada”. (beneficiária do programa)

Este fato comprova que os recursos assistenciais estão longe de atender as demandas da população usuária e isso aparece em suas falas como inquietação e denúncia.

Tal apreensão do assistencial como ajuda paliativa, emergencial, também “expressa uma visão disseminada na sociedade e que é encontrada tanto entre usuários de programas assistenciais como entre profissionais que atuam na área. Trata-se de uma visão de assistência enquanto mecanismo residual voltado aos “necessitados”, aos “desamparados”, aqueles em maior dificuldade”. (Yazbek,2003)

É a lógica dos mínimos sociais, consagrada até mesmo na LOAS⁴⁰, e levada no sentido mais restrito do termo, como resposta isolada e emergencial a situações de pobreza extrema. Pereira (2002) defende a substituição do termo mínimo por básico. Segundo a autora, o termo mínimo tem conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificadas com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social. Já básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que ela se acrescenta. Por conseguinte, a nosso ver, o básico que na LOAS qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga. Assim, enquanto o mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto mínimo nega o “ótimo”⁴¹ de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidade em direção ao ótimo.

Outras críticas foram aparecendo no decorrer das entrevistas, mas muitas de forma contraditória e ambígua. Às vezes, depois da crítica, vinha sempre a afirmação: “mas já tá bom! Já é alguma coisa!”, “se fizer muito as pessoas acomodam”. Perpassa o sentimento do qual não se pode reclamar já que estão recebendo uma ajuda. “Sem dúvida décadas de populismo e clientelismo forjaram um imaginário subalterno para o qual o que chega é lucro, e não resposta a um padrão de cidadania. Relação cúmplice que transforma tudo em ajuda e todos em esmoleres”. (Sposati,2003)

No entanto, percebemos que existe um potencial crítico a ser desenvolvido, para sugestões de melhor atendimento de suas demandas.

⁴⁰ O art. 1º da LOAS consagra a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, como política não contributiva de seguridade social, que provê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando o atendimento de necessidades básicas.

⁴¹ “Sendo o ótimo um conceito que depende do código moral de cada cultura, ele não pode ser sinônimo de máximo, porque este é um objetivo constantemente em fuga e, portanto, inalcançável; mas poderá ser identificado com patamares mais elevados de aquisições de bens, serviços e direitos a partir do estabelecimento de provisões básicas”. (Pereira,2002)

Conforme algumas críticas e sugestões:

Ao invés de ficar dando cheque cidadão, tinha que dá um emprego pra gente, certo mesmo é um emprego, ter carteira assinada, deviam pensar mais nisso. Tem épocas que eles colocam todo mundo no cheque cidadão... É igual esses jovens pela Paz, eu sou contra, eles botam os jovens pra ir na comunidade e ficar batendo palma pros políticos, aí vem um político aqui, fala que vai dar isso, que vai dar aquilo, o povo fica lá batendo palma, em troca de quê? De uma cesta básica? Isso vai matar a fome do povo? Vai resolver o problema? Aí engana o pobre, que fica lá todo bobo com aquele saco de feijão que se bobear só dá pra um dia, as pessoas também são muito acomodadas, é só ouvir falar que vão dar alguma coisa e vai todo mundo... tem pai de família que não trabalha fica só esperando o cheque.

O programa cheque cidadão precisa se expandir. Por que pessoas que precisam tanto não estão recebendo? Por que não fazer uma parceria com a Prefeitura pra identificar e encaminhar as famílias que precisam? E que não se feche nas Igrejas. Por que não está nas mãos de Assistentes Sociais? Outra coisa que deveria ter era mais ações voltadas pro trabalho, a pessoa mesma poder se sustentar seria melhor. Eu pretendo buscar o melhor pra mim, pra eu poder sair, ter um trabalho com uma certa segurança. Mas os programas sociais é um incentivo à pessoa de baixa renda porque ninguém pede pra ficar desempregado, são muitas dificuldades, eu procuro o melhor meio pra mim, sempre procuro emprego mas tá difícil, esse projeto que participo (Mulher Ação) vem mostrando que eu posso ir além, me incentivou a voltar com os estudos. Você não pode viver só dos programas, você tem capacidade pra isso, o benefício é um estímulo pra aquela pessoa que tá no buraco, um suporte pra você conseguir outras coisas, mas tem que buscar outras coisas, porque o programa uma hora pode acabar.

Aqui mais uma vez a dicotomização entre trabalho e assistência social é evidenciada. Os usuários das políticas assistenciais não querem o direito à assistência, preferem o direito ao trabalho, considerado mais digno. Reconhecem também as dificuldades em romper sua situação, sair dos programas sociais, frente a conjuntura de desemprego. Esses depoimentos revelam também, um certo reconhecimento da ineficácia de ações emergenciais, assistencialistas, de políticos demagógicos que não resultarão em melhorias de suas condições de vida.

Outro ponto interessante observado é a visão da necessidade de articulação com outros programas, a descentralização, os programas articulados nas três esferas de governo, quando a usuária questiona as razões da insuficiente abrangência do programa e da centralização nas Igrejas.

A maior parte dos beneficiários entrevistados (12), reside próximos à instituição que distribui os cupons, mas é significativo o número dos que afirmaram residir distante (7) e não ter nenhuma instituição religiosa distribuidora mais próxima. Uma vez que os beneficiários necessitam comparecer ao local de recebimento do cheque, no mínimo duas vezes ao mês, para pegar o cheque e outra para entregar a nota fiscal, isso acarreta dificuldades e custos para os mesmos. Primeiramente, fica difícil a comunicação para ciência da data de entrega do cheque, que não é fixa e pré-determinada. Na maioria dos casos a comunicação se dá através de murais nas instituições e através do contato dos próprios beneficiários. Além disso, existe o custo referente ao tempo de deslocamento até a instituição e/ou permanência no local e em alguns casos, gastos com transporte. Esses gastos são minimizados para os beneficiários que moram nas áreas de Guaratiba e Campo Grande, pois fazem uso do serviço de transporte para estudantes da rede pública municipal (Ônibus da Liberdade) da Prefeitura do Rio.

Outro ponto que acarreta alguns prejuízos é o fato do cheque cidadão só ser aceito em supermercados conveniados. A maioria dos entrevistados afirmou que, existe pelo menos um mercado próximo de sua residência que aceita o cheque cidadão, mas que muitas vezes ficam refém de tal estabelecimento, por não ter condições financeiras de se locomover até outro mercado. Dentre os problemas relacionados com os supermercados pelos entrevistados, destacam-se:

- Distância da residência;
- Mercados com menos opções de produtos;
- Aumento dos produtos e cancelamento das promoções nos dias de recebimento do cheque;
- Discriminação no estabelecimento comercial, filas específicas;

Conforme alguns depoimentos:

Teve um mercado que eu parei de comprar por causa do mau atendimento. Aqui na comunidade só tem um mercado cadastrado, aí você só tem a opção de fazer ali, porque muitas vezes o cheque sai quando você tá sem dinheiro, não tem nem pra passagem. Aí o dia que a gente vai fazer as compras, eu já vi eles remarcarem as mercadorias na hora, e a gente não pode fazer nada em relação a isso, ou você compra ali ou vai ficar mais um, dois dias com fome até ter o dinheiro. E lá no centro de Campo Grande tem ótimos mercados, como o Guanabara e o Max Rede mas que não são credenciados. Os que são credenciados são as Sendas, Championg, mas outro problema é pra trazer as compras e o mercadinho daqui entrega. Então além da passagem tem a entrega.

A mesma entrevistada relatou um episódio de constrangimento que sofreu em um outro mercado mais distante de sua residência.

Tem um outro que entregava, mas não entrega mais, inclusive eu estou com um processo no Procon contra ele porque eu tenho os canhotos mostrando que ele entregava aqui na minha casa, no Jardim Nossa Senhora das Graças e houve um mês que eu fiz as compras na sexta, perguntei se tava entregando pro cheque cidadão, eles falaram que tava, então fiz as compras e vim pra casa, passou sexta feira toda e não entregaram, aí fui procurar saber, eles disseram que não estavam entregando porque a área tá braba, o rapaz não ia mais entregar, cada hora era uma desculpa, era por causa da lama. Eu disse que queria as compras na minha casa. Vieram me entregar no domingo, três horas da tarde, tinha um monte de coisa estragada. Entrei com danos morais porque eu me senti humilhada, eu acho que foi porque era do cheque cidadão, então acharam que podiam não entregar. Tem dias que a gente vai fazer compras e escuta alguém gritando de longe: *é cheque cidadão*.

Esse fato nos remete à questão do estigma de ser um beneficiário de programas sociais e está muito associado à dicotomização entre Assistência Social e Trabalho. A Assistência é desqualificada pela ética do trabalho, só serve para os incapacitados, é humilhante, degradante. “É o que Aldaíza Sposati chama de mérito da necessidade, que define a natureza perversa de uma relação com o Estado que cria a figura do necessitado, que faz da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade, já que o seu acesso depende do indivíduo provar que seus filhos estão subnutridos, que ele próprio é um incapacitado para a

vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal”. (Telles, 2001)

No entanto, é relevante a posição da entrevistada em entrar com um processo no Procon que demonstra uma consciência de seus direitos e uma resistência perante as injustiças, ao desrespeito, nesse caso, ao descaso do comércio.

Chauí (1996) afirma que em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, frequentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar.

Os beneficiários entrevistados demonstraram dificuldades quando questionados sobre seus sonhos, planos para o futuro. Percebemos que é forte um sentimento de impotência diante das dificuldades cotidianas, que bloqueia a visualização de um futuro melhor, perspectivas de mudanças, melhoria da qualidade de vida. Apresentam dessa forma, um certo conformismo frente à realidade vivenciada. Conformismo esse, muitas vezes, oriundo de várias tentativas frustradas de inserção no mercado de trabalho, de obter uma renda que suprisse suas necessidades. Conformismo de várias negações de direitos, quando não se consegue uma vaga na creche, quando não é plenamente atendido nas suas questões de saúde, quando há anos reside em uma localidade sem saneamento básico. Conformismo ou apenas falta de perspectivas diante de uma realidade que se apresenta como imutável.

As aspirações mais freqüentes nos depoimentos referem-se à conquista de melhores condições de moradia, seja na aquisição da casa própria, ou se já a possui, em reformas e aquisição de móveis e eletrodomésticos. *“Ah, o meu sonho é ter minha casa direitinho, sabe, ter meus móveis, o quarto pras crianças”*. (beneficiária).

Outra queixa muito freqüente referente à moradia, se deu em relação a danos relacionados a épocas de chuva, decorrente muitas vezes de habitações precárias, mal

estruturadas, em terrenos impróprios para construções, etc. *“Eu queria ter uma boa casa, quarto pros meus filhos, porque eu moro em três cômodos que quando chove entra muita água, não tenho nada em casa direito, entrou tanta água e queimou até a geladeira”*. (beneficiária)

Outro sonho freqüente relatado nas entrevistas refere-se à perspectivas em relação aos filhos, as gerações futuras. Tais perspectivas estão relacionadas fundamentalmente à conclusão dos estudos, de terem melhor instrução.

Conforme alguns depoimentos:

Meu sonho é ver meus filhos crescer porque o que ganho é também pelos meus filhos, continuar estudando, com saúde, serem inteligentes e no futuro a gente melhorar de vida. (beneficiária)

Ah, eu quero ver meus filhos formados pra conseguir um bom emprego e ter uma vida melhor. (beneficiária)

Essa esperança depositada no estudo e sua valorização está associada mais ao resultado em termos de conseguir um melhor emprego, melhor renda, e menos por aspiração de conhecimento, do saber em si. “A consciência popular acredita na ideologia liberal da ascensão social pela educação e respeita a ideologia taylorista, de sorte que o desejo de instrução é uma aspiração ideal e real – ideal porque as condições existentes vedam o acesso à Cultura Instruída; real porque esse acesso, de fato, transforma a situação individual na divisão social do trabalho sem alterar a situação coletiva, evidentemente”. (Chauí, 1996)

É importante salientar que a educação é um fator que pode contribuir de fato para o rompimento com o ciclo de pobreza e aumentar as chances de melhores condições de vida e de inserção no mercado de trabalho. No entanto, a mobilidade social vem se mostrando cada vez mais restrita. “A privação hoje é mais do que privação econômica. Há, nela, portanto, certa dimensão moral. A velha pobreza oferecia ao pobre a perspectiva de ascensão social com base em pequenas economias, feitas à custa de duras privações ou por meio da escolarização e do estudo dos filhos e netos, quando possível. A nova pobreza já não oferece essa alternativa a ninguém. Ela cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável. A nova

desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos”. (Martins,2003)

Outro dado importante nessa discussão é que muitas vezes o ciclo de pobreza e exclusão é reforçado, pois os adolescentes e jovens das famílias de baixa renda se vêem obrigados a uma inserção precoce no mercado de trabalho. Dada sua baixa qualificação e escolaridade e sua pouca – ou nenhuma - experiência, tem maior dificuldade de acesso aos postos de trabalho. Os postos que conseguem são, geralmente piores, não qualificados, mal-remunerados, em condições precárias e com uma jornada de trabalho mais extensa o que compromete a frequência e o rendimento escolar, levando muitas vezes ao seu abandono também precoce.

Têm razão os beneficiários que representam como sonho, a conclusão dos estudos dos filhos, diante de tantas dificuldades e diante da referência pessoal que possuem de baixa escolaridade. Apesar da educação ser política pública universal, a permanência na escola esbarra em diversos obstáculos. E para obter um bom resultado de inserção no mercado de trabalho, os jovens oriundos de famílias de baixa renda, ainda terão de enfrentar a disputa desigual com os jovens de famílias mais abastadas que tem acesso às melhores oportunidades e uma formação muito mais qualificada, com cursos profissionalizantes, de línguas, professores particulares, etc. “A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. No entanto, a nova desigualdade se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecido nas formas: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas as oportunidades são completamente desiguais”. (Martins,2003)

Outro sonho freqüentemente declarado foi o de conseguir um bom emprego, ter um bom salário, regular, e que ofereça condições de suprir as necessidades da família. Tais beneficiários, como já citado anteriormente, se encontram em situações de desemprego ou no mercado informal de trabalho, com renda baixa e esporádica. Isso reflete a conjuntura atual de instabilidade e precarização do mercado de trabalho.

“Sonho mesmo é conseguir um bom emprego, não ter que depender de ninguém”.
(beneficiária)

Segundo Telles (2001), as pesquisas mostram que, com exceção talvez de um segmento mais qualificado, mais valorizado e mais preservado em seus empregos, uma ampla maioria de trabalhadores tem uma trajetória regida pela insegurança, pela instabilidade e mesmo precariedade nos vínculos que chegam a estabelecer com o trabalho. E tais circunstâncias são geradoras de pauperização. O rompimento do vínculo do trabalho pode significar uma situação que joga o trabalhador na condição genérica e indiferenciada do não-trabalho, na qual se confundem as figuras do pobre, do desocupado, da delinqüência ou simplesmente da ociosidade e vadiagem. A ausência de garantias que os direitos deveriam prover acarreta desigualdades e discriminações onde as diferenciações parecem corresponder nada mais do que aos azares de cada um e às diferenças de vocação, talento, capacidade e disposição para o trabalho, o que acaba naturalizando a pobreza.

3.3.3

Momentos constitutivos do processo de operacionalização do Programa Cheque Cidadão

A operacionalização do Programa Cheque Cidadão envolve três elementos constitutivos das relações que conformam esse processo. São eles: a parceria com as entidades religiosas e assistenciais; a ação dos voluntários na execução do programa; e a verificação das compras através de notas fiscais. Tais momentos foram privilegiados na análise por considerarmos mais relevantes e elucidativos para o entendimento do formato personalizado do referido programa.

A parceria com as entidades religiosas e assistenciais

As instituições responsáveis pela distribuição dos cheques são em sua grande maioria religiosas com uma clara predominância das Igrejas Evangélicas em particular aquelas com a denominação de Assembléia de Deus⁴².

Desde o início do programa Cheque Cidadão, a questão religiosa incitou muita polêmica. Logo no primeiro ano de sua existência, foram realizadas diversas denúncias questionando os motivos que levaram o governo a utilizar igrejas e não alguma instituição pública para operacionalizar o programa. Outras denúncias apontavam o uso político do programa; fraudes cometidas pelos voluntários em seu próprio benefício; igrejas que obrigavam os beneficiários a assistirem aos cultos para não perder o cheque; favorecimento de frequentadores da igreja no momento de seleção dos beneficiários, etc.

A instauração de uma CPI sobre o programa chegou a ser noticiada pela imprensa, mas não foi realizada. O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro realizou uma Inspeção Especial em 2000 a pedido do Sr. Milton Temer e do deputado estadual Francisco Alencar, onde foram identificadas várias irregularidades, tais como:

- Famílias com renda superior a exigida pelo programa;
- Diferença entre o número de benefícios distribuídos informados pela gestão do programa e o número de cheques reembolsados aos supermercados pela FIA;
- Beneficiários cadastrados em mais de uma igreja;

⁴² No entanto, a coordenação do programa afirma que se comparado ao percentual de entidades religiosas existentes por credo no estado do Rio de Janeiro, o credo mais expressivo seriam os Católicos, seguidos dos Espíritas e somente em terceiro estariam as Igrejas Evangélicas. Esses dados quantitativos não nos foram disponibilizados.

Como resultado dessa inspeção foram solicitadas algumas modificações no programa, mas não encontramos nenhuma informação sobre as medidas adotadas em resposta.

O Conselho Estadual de Assistência Social e a Procuradoria Geral do Estado estão cobrando medidas no sentido de que haja uma transferência da distribuição dos cheques das igrejas para instituições públicas. Em junho de 2005, diante dessa exigência, o Secretário de Ação Social Fernando Willian se reuniu com todos os voluntários das entidades religiosas e comunicou que ocorreria essa transferência para instituições públicas, porém numa transição lenta e gradual. Os representantes das entidades presentes nesta reunião se colocaram contra essa decisão, muitos afirmaram estarem se sentindo injustiçados por terem colaborado com o estado quando solicitados e agora teriam que sair do programa.

O Secretário convocou nova reunião com os voluntários em agosto de 2005 e comunicou que conseguira contornar a situação e entrar em acordo com a Procuradoria Geral e o CEAS. Ficou acertado que continuariam no programa as entidades que realizassem algum trabalho com as famílias além da distribuição dos cheques.

Esse programa quando apenas o cheque é distribuído, ele se transforma de um bom programa, em um mau programa, pois não oferece uma consciência crítica que a pessoa tem que ter pra resolver seus próprios problemas. Então, eu me dispus no encontro com o Procurador, nós fizemos um acerto lá e definimos que nós vamos visitar todas as instituições religiosas e permanecerá no programa aquelas entidades religiosas que realizem um trabalho além da entrega do cheque, tiver fazendo um trabalho de inclusão social, um trabalho com as famílias, um trabalho de identificação, um trabalho que permita que a família possa crescer como cidadão, como indivíduo, uma reunião semanal com as famílias, encaminhamento para unidade hospitalar se estiver com problema de saúde, aquela família que está com problema de escolaridade pra escola, não só a criança também o adulto, a criança que está com mau rendimento na escola procurar um reforço escolar, o pai que está desempregado para um curso profissionalizante. Esse, foi o acordo que nós fizemos com o Ministério Público. (Secretário de Ação Social)

Apesar do reconhecimento de que o programa cheque cidadão não deve se restringir à entrega do benefício, os coordenadores buscam como solução, mais responsabilidades para os voluntários das entidades religiosas, delegando papéis, funções que caberiam a pessoas com formação técnica na área social. Isso reforça a concepção de Assistência Social como trabalho filantrópico onde qualquer pessoa que

tenha boa vontade e espírito de ajuda pode realizar contribuindo para “uma versão assistencialista e “desprofissionalizada” na constituição de padrões de intervenção no campo da assistência social”. (Yazbek,2003)

As ações públicas de enfrentamento da pobreza no Brasil têm sido acompanhadas por algumas distorções, dentre elas a vinculação entre Assistência Social e trabalho voluntário, filantrópico.

Conforme Yazbek (2003)

Constituída a partir de bases institucionais inspiradas em ações da rede filantrópica (instituições religiosas, entidades beneficentes etc.), apresenta marcas dessa forma de estruturação que resistem a inovações e mudanças. Uma dessas marcas é a identificação da assistência com o assistencialismo paternalista e fundado em razões de benemerência.

As políticas sociais no Brasil tiveram seu início marcado pela associação de recursos estatais com a solidariedade da sociedade. Perpassa uma lógica seletiva e individualista no trato à pobreza que admite uma intervenção mais voltada para questões de ordem moral e ética, a ser trabalhada pelas organizações filantrópicas, voltadas a “fazer o bem”, para minorar as misérias humanas. Inicialmente a forma de relação entre Estado e filantropia se dava por meio de auxílios e subvenções.

Atualmente, tornou-se comum e bastante defendida a idéia de parceria entre Estado e Sociedade Civil que se difere um pouco da forma antiga por prever que o Estado é o principal responsável pelos serviços sociais e compactua com organizações da sociedade civil numa espécie de complementariedade das ações. As formas mais freqüentes desta relação são os contratos e convênios onde os recursos são repassados pelo Estado que fica responsável pela supervisão das ações enquanto as organizações as executam.

Já a Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social com o programa cheque cidadão procura dar ênfase ao voluntariado e transfere responsabilidades que são de sua competência não oferecendo o mínimo de suporte e estrutura necessários para que sejam garantidos tais serviços.

Um dos voluntários entrevistados colocou essa problemática:

Os voluntários não tem suporte, não temos uma identificação, não temos documentação oficial com orientações, às vezes os funcionários do Palácio perdem documentos dos beneficiários, existe um problema de administração no programa, as coisas são meio desorganizadas. Então eu penso que o governo do Estado não teria condições de transferir para órgãos públicos a distribuição do cheque, não tem estrutura, porque eles não conseguem fazer direito nem o que lhes cabe. Aqui a gente faz o trabalho do Assistente Social, do psicólogo, do Agente Social e não temos suporte, não temos telefone, não temos segurança, se acontece algum problema temos que nos virar. Poxa, mesmo que esse programa seja um marketing de governo, vamos fazer direito.

Quando questionados sobre a ausência de outras ações para além da distribuição do benefício, de um trabalho de inclusão social no programa cheque cidadão, os coordenadores justificam que, através da exigência da documentação para inserção e das contrapartidas, este trabalho está sendo realizado.

Quando a gente pede todos os documentos, as certidões de nascimento, estamos trabalhando a cidadania. Quando solicitamos a cartela de vacinação, estamos trabalhando a saúde. E quando pedimos a declaração escolar, a educação. Então nós estamos realizando também um trabalho que visa a cidadania das famílias. (coordenação do programa)

Este depoimento demonstra o quão é reducionista e ingênua a concepção de cidadania que orienta o atendimento às famílias. Tais medidas são extremamente paliativas e não atendem as inúmeras carências que tal população apresenta. Não existe a preocupação na alteração da situação social ou política da inserção dos beneficiários na sociedade.

No que se refere à educação este argumento é facilmente contestado visto que a questão escolar é encarada de forma diferente de outros programas similares, pois não há um controle da frequência, mas apenas da matrícula. Ou seja, o beneficiário pode apresentar a declaração de matrícula e a criança não ter uma frequência regular. Desta forma, o programa não se encaixa na preocupação com o rompimento do ciclo de pobreza em que essas famílias se encontram através da educação de seus filhos.

As ações desenvolvidas são mínimas, diante das inúmeras demandas e carências da população alvo deste programa. Não existe nenhuma ação voltada para orientação, encaminhamentos a outros serviços públicos, trabalho sócio educativo, trabalho que vise à inserção em cursos profissionalizantes, capacitação para o mercado de trabalho, etc. Sendo assim, o programa cheque cidadão garante um atendimento precário aos seus usuários, uma ajuda pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social.

Outro ponto observado nas entrevistas se refere a uma certa unanimidade na equipe do programa em exaltar os pontos positivos da parceria com instituições religiosas, desqualificar as críticas ao formato do programa e minimizar as distorções.

Em nenhum documento referente ao programa constam os motivos para a escolha de instituições religiosas, mas essa preferência foi amplamente defendida e podemos resumir em três pontos:

- As instituições religiosas aceitam não ser remuneradas pela prestação desse serviço, o que colabora para um baixo custo operacional do programa;
- Estão em contato direto com a população, em principal com os grupos mais pobres, pois grande parte já realiza atividades assistencialistas;
- Formam uma extensa rede distribuída por todo o estado, com uma alta capilaridade;

Conforme depoimento de um técnico da SEFAS:

As entidades facilitam o nosso trabalho porque, elas têm um contato direto com a comunidade, tem como alcançar esse universo de famílias, a gente conta muito com a colaboração deles. Existem problemas, como a exigência de que os responsáveis participem dos cultos, exigência de que contribua com a cesta básica, isso acontece com bastante frequência, mas a gente está sempre orientando para que isso não continue acontecendo, muitas vezes a entidade que insiste no mesmo erro é

descredenciada. Quando há uma denúncia, a gente vai ver se ela tem fundamento e realiza uma sindicância, faz relatórios, a gente não sai cortando logo de cara.

As distorções, os abusos cometidos pelas entidades religiosas são bastante comentados e como podemos perceber ainda ocorrem muitas denúncias. O fato de deixar a cargo de igrejas a responsabilidade pela execução de um programa social retira o comprometimento técnico necessário e abre espaço para as mais diversas abordagens, concepções, propiciando práticas de dominação e humilhação aos usuários de tais serviços.

Outro ponto problemático se refere ao pequeno quantitativo de funcionários em relação à demanda do programa dada sua abrangência o que dificulta até um acompanhamento mais esporádico e averiguação de denúncias. Percebemos que os funcionários ficam sobrecarregados com as demandas internas do trabalho e não conseguem estar mais próximos das entidades e das famílias. Alguns voluntários relataram que nunca receberam a visita de um funcionário da SEFAS na entidade e um usuário relatou que realizou uma denúncia que não foi averiguada.

Este problema é percebido por alguns técnicos da SEFAS:

É necessário estruturar melhor o nosso pessoal, para que possa dar um atendimento maior as famílias, visitar mais as entidades, porque tem muita gente que recebe o benefício desde o início e não se manifesta, pode estar trabalhando e a gente não sabe...ta faltando mais pessoas, mais técnicos.

As visitas domiciliares são geralmente por denúncia, às vezes por rotina pra verificar se a pessoa realmente precisa. Às vezes a gente seleciona uma área e vai, mas ultimamente a gente nem tem feito muita visita porque o trabalho tá muito aqui, tá tudo tumultuado.

O programa apresenta uma ampliação no número de famílias atendidas, e segundo a coordenação, o quantitativo de funcionários é o mesmo desde o início do programa. Sendo assim, fica difícil manter um padrão de qualidade e

acompanhamento às entidades religiosas e aos beneficiários, além é claro, de todas as outras limitações do programa.

As ações do voluntário da entidade religiosa

A pesquisa demonstrou, que o voluntário da entidade religiosa, tem um papel fundamental, é o principal elo de ligação entre o governo e os beneficiários, dentre a cadeia de atores envolvidos na distribuição do benefício. Tal fato pode lhe conferir status perante a comunidade atendida, aos integrantes das igrejas e poder de decisão na seleção e desligamento dos beneficiários. Dependendo do seu comprometimento e/ou orientação ideológica e política, o programa é diferenciado em alguns pontos. De acordo com uma beneficiária entrevistada, “o voluntário é o que faz a diferença nesse programa, se ele quiser te prejudicar ele até te tira do cheque, mas se ele tiver boa intenção, ele te incentiva a melhorar de vida, te respeita”.

As principais responsabilidades do voluntário podem ser resumidas da seguinte forma:

- Visitas às famílias, preenchimento de ficha social, cadastro;
- Distribuição mensal dos cheques e recebimento da nota fiscal das compras;
- Busca dos cheques e entrega das notas fiscais recebidas no pólo de distribuição;
- Reuniões esporádicas regionalizadas com equipe da SEFAS;
- Realização do recadastramento de exclusão e inclusão de novas famílias;

Podemos perceber que todo o trâmite que envolve o contato direto com os beneficiários é realizado pelos voluntários desde a inscrição à distribuição mensal do cheque e o desligamento.

Para a gestão da SEFAS, os voluntários se apresentam como um importante ator que facilita a distribuição do benefício e o contato com as famílias.

Conforme alguns depoimentos:

Alguns voluntários, tem muita vontade de ajudar, eles procuram incentivar as pessoas a fazer um artesanato, procuram encaminhar pra alguma coisa, dentro o que dá pra eles fazerem.

Os voluntários estão representando o nome da entidade, então eu acho que eles têm cuidados porque eles não querem se sujar. São entidades comprometidas, elas têm que preservar o nome delas.

As denúncias de mau atendimento aos usuários, de ações inadequadas, apesar de eventualmente serem punidas com o descredenciamento das instituições, em casos verificados e comprovados pelos técnicos, são sempre minimizados e justificados por serem minoria. O baixo custo operacional do programa neste formato parece ser o fator mais importante.

Para um dos voluntários entrevistados esse também é o melhor formato de atendimento social. “Eu acho ótimo essa parceria com as Igrejas, porque é um trabalho mais sério, porque as pessoas que fazem o trabalho, os voluntários, tem temor a Deus, tem respeito ao ser humano e geralmente já fazem um trabalho social, outras entidades entram na comunidade com interesse de levar vantagem, não é o caso das Igrejas”.

Muito curioso é o fato dessa entrevistada ser exatamente a voluntária denunciada por uma usuária que fora transferida para outra instituição religiosa por ter passado por constrangimentos e represálias após a denúncia de mau atendimento.

Conforme o depoimento:

O ponto contra é por conta de quem faz um trabalho desonesto porque aí ele vai se fechar só com os membros da Igreja. Também tem o problema de quando as pessoas vão denunciar e não vem ninguém pra olhar isso, se é mentira. De outra Igreja eu já tive problemas, eu fiz denúncia e não veio ninguém. Estava acontecendo um problema comigo e com outras pessoas que recebem com a voluntária da Igreja. Ela

fazia pressão pra gente receber, pressionava pra participar de algumas atividades da Igreja, teve uma capina um dia e ela disse que o cheque já estava com ela, mas que ela só ia distribuir à tarde depois que terminasse a capina. Também à respeito da distribuição, não é colocado o melhor dia pra gente receber, deveria ser um sábado, já que a gente precisa buscar um trabalho. Ela estipulava o horário de 9 às 10, não podia acontecer nenhum problema porque ela dificultava o máximo pra gente receber. Mas ela privilegiava pessoas mais íntimas que podiam pegar qualquer dia, horário e na casa dela. A Capela onde é distribuído o cheque fica distante pra muita gente e a única forma de informação do dia da entrega é um papel que ela prega na parede da Capela. No mês que começou a nossa briga, ela colocou o papel às 18 horas e entregou o cheque no dia seguinte. Quer dizer, quem mora mais longe não ficou sabendo.

Segundo essa usuária a situação se agravou ainda mais após a denúncia, pois os técnicos da SEFAS não realizaram uma investigação, apenas sinalizaram o caso ao Padre responsável pela Paróquia que acreditou na versão da voluntária que negou os fatos.

A mesma usuária continua:

Quando ela tomou conhecimento da minha denúncia, ela botou uma caixa de amplificador enorme no dia da entrega do cheque e começou falar um monte de besteira pra mim, mas não falava meu nome, e as pessoas ficaram perguntando o que estava acontecendo e não tava entendendo nada. E começou colocar que existia uma pessoa ali que queria queimar o filme dela, que essa pessoa era uma desocupada, sem marido. Então quer dizer, ela me humilhou, eu saí de lá arrasada e decidi que não iria receber mais lá. Eu falei com o Padre, mas quando ele chamou as pessoas pra dá o depoimento, as pessoas ficaram com medo porque a voluntária tinha ameaçado tirar do cheque. Então o Padre resolveu não tirar ela porque era só a minha palavra, pareceu uma coisa pessoal, e eu tive que vir pra outra Igreja.

Este fato demonstra o quão complicado é essa questão de deixar a cargo de voluntários a execução de um programa social, onde pessoas que não são tecnicamente qualificadas se utilizam de um “poder” que lhes é atribuído para agir de acordo com suas concepções morais, favorecendo ou prejudicando os usuários.

Nas últimas décadas vem ocorrendo uma valorização das iniciativas voluntárias no campo das políticas sociais resultante de concepções neoliberais onde o Estado repassa seus deveres, sob pressão do ajuste fiscal.

Pereira (2003) coloca que Alcock (1996) aponta como um dos dilemas em relação às instituições voluntárias, o de conciliar uma imagem de altruísmo com as

suas reais operações, nem sempre altruístas. A esse respeito, vale apontar exemplos de organizações voluntárias que excluem e discriminam certas categorias de demandantes, por não comungarem de suas crenças, convicções ou ideologias, o que conduz à dedução de que nem todas elas são desprendidas, transparentes e democráticas. Algumas podem esconder objetivos contrários à sua natureza; outras, podem ser dominadas por pequeno grupo em seu interesse particular; e, outras, ainda podem ser insensíveis e calculistas no trato de quem mais precisa delas.

Em suma, as ações do “setor voluntário” são, de fato, variadas, flexíveis, acessíveis, inovadoras e, de certo modo, menos onerosas que as políticas públicas. Mas, contraditoriamente, também são imprevisíveis, instáveis, incompletas, sem condições de garantir direitos e, em várias situações, opressoras e excludentes. (Pereira)

As justificativas de melhor eficiência e menor gasto operacional do programa cheque cidadão com a parceria com os voluntários tendem a camuflar as reais funções que programas nesse formato assumem, que é a privatização das políticas públicas, a redução do Estado no campo do bem estar social e conseqüentemente a demolição de direitos duramente conquistados.

Os defensores do voluntariado, muitas vezes por desconhecerem os conflitos e contradições inerentes à tais práticas, reforçam a perspectiva de que se trata apenas de “um simples arranjo institucional engenhoso, a uma medida técnica que trará benefícios a todos sob o signo de uma etérea solidariedade. É verdade que, na prática, a perda de direitos e a privatização das políticas públicas tornaram-se tão corriqueiros, que se afiguram como processos naturais irrecusáveis; mas, é aí que reside o problema e, ao mesmo tempo, a exigência de se distinguir fins e meios e de se criticar a naturalização da perda dos direitos em prol da privatização”. (Pereira,2003)

Verificação das compras através das notas fiscais

A nota fiscal da compra dos beneficiários é utilizada também como instrumento de controle e tutela. As entidades e a SEFAS verificam a nota para identificar se os beneficiários estão realizando as compras de acordo com o permitido, no caso, alimentos e produtos de higiene pessoal. Caso os produtos adquiridos não estejam de acordo com a avaliação da SEFAS, em termos de necessidades, a família pode perder o benefício. A família poderá ser excluída do programa caso não entregue a nota fiscal na data estipulada pelo voluntário, geralmente cinco dias após a entrega do cheque, exceto em casos de doença, invalidez ou morte dos beneficiários, devendo o voluntário imediatamente informar à coordenação o ocorrido.

Em documento da SEFAS direcionado aos voluntários consta que: “As notas fiscais comprovam a necessidade, bem como o perfil da família e devem ser observadas pelo voluntário. Compra de produtos que não condiz com a situação de uma família que se encontra na linha de pobreza, esta deve ser visitada, instruída e questionada quanto a sua real necessidade de estar recebendo o benefício”.

Os depoimentos colhidos nas entrevistas com os técnicos demonstraram uma certa unanimidade quanto à necessidade desse controle porque segundo eles as pessoas que participam de programas de renda mínima não podem ficar comprando supérfluos, tem que fazer o dinheiro render pra conseguir sustentar os filhos. Este também é um motivo para corte.

Não é permitido a compra de bebida alcoólica, cigarros e outros itens. É uma coisa que a gente tem que ter um certo critério, se você está envolvido num programa de renda mínima, onde você está buscando uma forma de alimentar a sua família porque você não tem como custear essa compra, você não vai comprar creme de cabelo, são coisas que você poderia substituir por alimentos que dariam pra 30 dias. Logicamente você tem que comprar produtos de higiene e limpeza, mas dentro de uma coerência. Se a gente numa verificação perceber que a pessoa não teve coerência pra comprar, nós somos rigorosos a ponto de cortar a pessoa, eu ligo pro Palácio, falo que fulano de tal, da instituição tal, comprou isso, isso, e isso e estou solicitando a exclusão dessa pessoa. As pessoas recebem a orientação do que é coerente comprar do voluntário, eu só dou segunda chance se a instituição for nova, a pessoa receber a pouco tempo, senão eu corto do programa. (técnico da FIA)

Ao observar tal depoimento podemos questionar, o que é ser coerente? Coerente com o quê, com quem e para quem? Ser coerente aqui significa andar na linha, fazer as compras comprovando que se é pobre, comprando alimentos e itens de pobres.

Esta verificação é realizada por seis funcionários na FIA, entre gerente, diretor de divisão e estagiários da FIA e do Projeto Jovens pela Paz. Segundo um dos técnicos entrevistados essa verificação se dá mensalmente por uma seleção aleatória de uma amostragem de 10% e que há todo um rigor com o cumprimento dos critérios por se tratar de dinheiro público que precisa de prestação de contas.

Em datas festivas também há uma maior restrição quanto aos itens proibidos de compra. No Natal não é permitido comprar panetone, bacalhau, itens tradicionais das festas. Na Páscoa também não é permitida a compra de bombons e ovos de páscoa.

Se houvesse coerência, a gente até poderia permitir uma coisa ou outra. Vamos supor, no Natal poderia comprar uma ave da Sadia, não um chester, mas é complicado se você abrir, aí eles querem comprar porco. Aí o que acontece, as compras não dão pro mês todo. Então se você não determinar bem a regra, não estiver com as rédeas bem puxadas, eles mesmo lá na frente se atropelam. Aí você tem que ser rígido, gente não pode comprar nada, compra só o que você está acostumado. (técnico da FIA)

Aqui mais um momento de exclusão é vivenciado pelas famílias que provavelmente não possuem outro recurso para comprar itens de festas. Para além de questões meramente consumistas destes períodos festivos, existe toda uma simbologia por trás de certos itens, como o chocolate na Páscoa, que tem grande apelo e valor principalmente entre as crianças.

Tal intervenção do técnico responsável pela verificação é de uma total invasão e controle da vida privada dos beneficiários. E se aproxima da “tradicional e arraigada convicção conservadora, tributária de Malthus, Spencer e seus adeptos, de que o pobre é pobre por uma questão de má formação moral e comportamental, devendo, por isso, quando assistido, ser punido para aprender a ser gente de bem”. (Pereira,2002)

Além desse setor responsável por essa verificação, outros técnicos relataram que quando é possível também verificam algumas notas, principalmente se tiverem sido comunicados previamente por um voluntário.

As notas fiscais quem olha é o pessoal da FIA, a gente às vezes dá uma olhada se o voluntário já sinalizou alguma situação, essa atribuição não é nossa, a gente acompanha a entrega das notas mas só olha quando dá. Muitas vezes a gente pega umas coisas que realmente estão fora da realidade, às vezes vão no mercado e compram carne de primeira, tudo em fralda e não compra aquilo básico, gêneros de primeira necessidade, eles não tem muito essa visão, aí falta de repente uma advertência àquela família e é o voluntário que faz isso, a gente orienta e ele passa pra família. (técnico da SAS)

Para a maioria dos beneficiários entrevistados essa medida se mostra necessária, foram (14) os depoimentos que consideraram pertinente este critério de controle. A aceitação e legitimação de tal critério se dão, com a justificativa de melhor organização, porque segundo eles, se não controlar vira bagunça. Relataram que deixam de comprar alguns itens por medo de serem cortados.

Este procedimento, eu creio que tá certo, porque você tem que ter o seu limite, porque eles tão querendo o nosso bem, que tudo ocorra direito, não saia do lugar.

Eu compro mais é o grosso, arroz, feijão, o leite pras crianças, nem compro nada como absorvente, desodorante, refrigerante, porque tenho medo de ser cortada.

Entregar a nota é bom porque eles vêem o que a gente tá comprando, e vê quem realmente precisa.

No entanto, cinco entrevistados relataram se sentir mal com esse procedimento e fizeram algumas críticas.

Bebida e cigarro, tá certo, tudo bem. Mas não poder comprar a carne de primeira, o arroz, o feijão de primeira, não pode comprar shampoo, desodorante, poxa isso é higiene, acho isso uma grande humilhação, não pode comprar arroz demais porque pode tá fazendo quentinha, não pode comprar dois quilos de café, porque a família tá exagerando no cafezinho, sabe, são coisas que eu não concordo, eu acho que deve ter uma política de trabalho onde as pessoas tivessem seu dinheiro pra fazer suas compras.

O ruim é que você fica com a impressão de que está recebendo uma esmola porque tem que sempre ficar dando conta de tudo, a compra que é feita, seria melhor se a gente pudesse decidir o que fazer com ela da forma que quisesse, não que eu quisesse

comprar bebida alcoólica ou cigarro, mas pelo menos que não precisasse ficar prestando conta assim. A forma que eles falam é que é de graça, é uma maneira de ficar controlando sua vida, regulando o que você pode e não pode fazer... uma casa que tem oito crianças um saco de arroz não dá, mas se você comprar mais eles já acham que você vai abrir uma pensão... então fica ali regulando, oh, vou te dar, mas tô te vigiando... é assim que a gente sente.

Percebemos que a verificação da nota fiscal das compras realizadas pelos beneficiários corresponde a uma forma de controle da pobreza, da vida privada, do consumo dos beneficiários, que alterna entre a repressão e a tutela e está em consonância com as representações sociais do pobre enquanto desorganizados, miseráveis, incapazes de gerir sua própria vida. “A experiência da pobreza é ainda a experiência da desqualificação dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais das “qualidade negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe”. (Yazbek, 2003)

Essa prática reforça ainda o estigma dos beneficiários de programas sociais que por serem incapacitados para se auto-sustentarem precisam se submeter a procedimentos de comprovação freqüente de sua condição de não-cidadão. É a lógica da cidadania invertida (Fleury,1989) onde os segmentos sociais atingidos pelos programas e serviços de assistência social são reconhecidos pela carência, pela ausência. Para ter acesso, ainda que insatisfatório, a algum serviço ou programa público, é preciso provar a condição de não-cidadão.

Com este procedimento, isto se dá mensalmente e não somente por ocasião da seleção para o ingresso no programa. Este critério de controle do consumo através das notas fiscais fortalece o estigma de inferioridade, não contribui em nada para um processo de autonomia e reitera a subalternidade que “diz respeito à ausência de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção”. (Almeida,1990).